



Centro Universitário de Brasília

Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD

GISELE AZEVEDO RODRIGUES

**Edição de textos jornalísticos:
uma questão de (re)visão?**

BRASÍLIA

2014

GISELE AZEVEDO RODRIGUES

**Edição de textos jornalísticos:
uma questão de (re)visão?**

Trabalho apresentado ao ICPD/Centro
Universitário de Brasília como pré-requisito
para obtenção do certificado de conclusão de
curso de pós-graduação *lato sensu* em
Revisão de Texto: Gramática, Linguagem e a
Construção/Reconstrução do Significado.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edineide dos S. Silva

BRASÍLIA
2014

GISELE AZEVEDO RODRIGUES

**Edição de textos jornalísticos:
uma questão de (re)visão?**

Trabalho apresentado ao ICPD/Centro
Universitário de Brasília como pré-requisito
para obtenção do certificado de conclusão de
curso de pós-graduação *lato sensu* em
Revisão de Texto: Gramática, Linguagem e a
Construção/Reconstrução do Significado.

Orientadora: Profª. Drª. Edineide dos S. Silva

Brasília, __ de _____ de 2014

Banca Examinadora

Prof.

Prof.

Dedico este trabalho aos meus pais, Leïse e Jeronimo,
por me permitirem chegar até aqui.

À minha mãe, mais uma vez, por estar ao meu lado
em todas as decisões.

Aos meus filhos Elis, João Marcelo e Maria Paula,
por darem sentido à minha vida.

Ao tio Luis Wagner, por me levar adiante.

À Lilian Ferreira e à Nicolina Mazzaro, *in memoriam*,
pela força do exemplo.

À Lena Horta, ao Yuri Popoff e ao Toninho Horta,
pelas belezas que me mostraram.

Ao Pedro Noleto, pela amizade, gentileza, parceria,
incentivo e boas conversas.

Ao Sergio Chacon, pela confiança e generosidade.
Pela alegria, sabedoria e leveza. Sempre.

Agradeço a Deus pela vida, saúde e oportunidades.

À minha família, pelo suporte de cada dia.

À Prof^a. Dr^a. Edineide dos Santos Silva, pela orientação e cuidado.

À Luciana Mariz, William França, Fábio Paim, Simone Salles, Malva Beatrice, N´Diaye Christian, Alexandre Rios, Vera Morgado, Joseana Paganine, Isabel Flecha de Lima, Andrea Marques, David Miranda, Claudio Araújo, Sandra Paiva, Ana Beatriz Meirelles, Sergio Brandão, Rogério Sacchi e Ana Paula Ferreira, pelo apoio e convivência cercada de carinho, risadas e puxões de orelha.

Ao Marcone Gonçalves, por me ajudar a acreditar em um novo começo em Brasília, assim que cheguei.

À Direção da Câmara dos Deputados, que me permitiu concluir este curso com integral suporte institucional.

A todos que colaboraram com esta pesquisa.

*N*ão se pode escrever nada com indiferença.

Simone de Beauvoir

RESUMO

Este trabalho pretende analisar como as reportagens publicadas na grande imprensa demonstram-se reveladoras do papel mediador exercido pelos repórteres, editores e revisores de texto na tarefa de narrar os fatos. Seja a serviço da linha editorial do veículo de imprensa em que atua, seja à mercê da sua visão pessoal dos acontecimentos, o jornalista invariavelmente promove, em seus textos, o recorte da realidade a partir de condicionantes das mais diferentes espécies, que impactam tanto o conteúdo quanto a formatação da notícia. Por meio de entrevistas e da análise de reportagens publicadas em três revistas de circulação nacional, buscou-se evidenciar que o mesmo fato ou a mesma circunstância podem ser descritos de maneiras inteiramente distintas, privilegiando-se determinada informação em detrimento de outra, dando-se mais ou menos ênfase a certo dado ou, ainda, preservando-se a objetividade e a imparcialidade em menor ou maior grau.

Palavras-chave: jornalismo; edição; revisão; texto; objetividade; imparcialidade

ABSTRACT

Influenced by the media outlet's guidelines as well as by a personal view of the events, journalists end up telling stories in a certain way which can often reveals their failure in pursuing objectivity and impartiality. In other words, news stories have its content and its format always impacted by different kinds of interference. By interviewing reporters and editors and by gathering informations in selected news which have been published by three national magazines, this paper aims to assess how journalists play a mediating role in the task of telling stories. The goal is to prove that reports cannot be free from any kind of bias, showing that the same fact or the same situation can be described in entirely different ways, which privilege certain information over another and give more or less emphasis on certain data.

Keywords: journalism; editing; reviewing; text; objectivity; impartiality

SUMÁRIO

1. REVISÃO DE TEXTO NA IMPRENSA: UM BREVE PANORAMA	9
2. A NOTÍCIA COMO MERCADORIA E O VIÉS DA EDIÇÃO	12
3. O JORNALISMO COMO GÊNERO TEXTUAL.....	17
4. DISCURSO JORNALÍSTICO E PRÁTICA SOCIAL: A CONTRIBUIÇÃO DE FAIRCLOUGH	24
5. TRÊS REVISTAS, TRÊS NOTÍCIAS, UM FATO	32
5.1. Dado nº 1: reportagem da revista Veja de 18/6/2014	34
5.2. Dado nº 2: reportagem da revista Época de 16/6/2014	43
5.3. Dado nº 3: reportagem da revista Carta Capital de 18/6/2014	51
6. PARA OUVIR QUEM IMPRIME VISÃO AOS FATOS	57
7. UM TRABALHO INCONCLUSIVO	64
8. REFERÊNCIAS.....	66

1. REVISÃO DE TEXTO NA IMPRENSA: UM BREVE PANORAMA

Uma visita às instalações dos jornais e revistas de grande circulação no País mostra que, diferentemente do que era possível verificar nos primeiros três quartos do século XX, a presença do revisor de texto como partícipe do processo de produção de notícias tornou-se rarefeita ou extinta ao longo das últimas décadas. Se antes cabia ao copidesque – o principal revisor – a trabalhosa e delicada missão de identificar erros e impropriedades no texto a ser publicado, agora é do jornalista contratado como editor a tarefa de adequar títulos, chamadas e reportagens ao padrão de escrita que se deseja ver reproduzido nas páginas: um padrão que possa não ferir preceitos mínimos da chamada norma culta da língua e, ao mesmo tempo, estar inteligível o suficiente para um universo tão numeroso quanto heterogêneo de leitores, no que diz respeito a indicadores sociais como escolaridade, idade e renda familiar, entre outros. Desse jornalista, esperam-se competências que podem ser comparadas àquelas consideradas essenciais a um bom revisor de texto, segundo descreve Harrison da Rocha:

[...] ter uma visão crítica diante do gênero textual a ser revisado e levar em consideração não só os aspectos verbais escritos mas, ainda, outros recursos semióticos (não verbais) também responsáveis pela construção de sentido e de efeitos discursivos em contextos sociais. (ROCHA, 2012, p. 20)

Ao editor de jornais e revistas, responsável por dar o formato final às reportagens e lhes dedicar títulos e chamadas capazes de chamar a atenção do leitor, também foi atribuída a missão de identificar erros gramaticais e inadequações de estilo na construção do texto. Em outras palavras, é ele o culpado quando uma

manchete chama a atenção pela falta de concordância ou pelo acento indicativo de crase mal colocado. É ele que leva a bronca do Diretor de Redação, no dia seguinte, se o texto da reportagem está truncado ou permite duplo sentido. Afinal, é dele a tarefa de revisar o texto antes de ser publicado. Uma atribuição que pode ser assim descrita:

[...] ler o texto a fim de consertar-lhe possíveis “erros”, sejam eles relativos à estrutura (redação, digitação, tipografia etc) ou ainda relativos ao aspecto linguístico de adequação do modo como o sentido é apresentado/exposto. (ROCHA, 2012, p. 36)

Se, por um lado, o visível acúmulo de atribuições pode reforçar o prestígio do jornalista que atua como editor e a importância do seu papel, por outro acaba por revelar o esvaziamento de uma função antes primordial para a prática do bom jornalismo: a revisão de texto, exercida, até pouco tempo atrás, por profissionais habilitados especialmente para isso. Previsto na lei que regulamentou a profissão de jornalista no Brasil em 1969, o cargo de revisor sempre fez parte dos quadros dos veículos de imprensa comprometidos em primar pela boa escrita. Desde que o jornalismo divorciou-se da literatura e dos panfletos políticos no início do século XX, passando a perseguir a objetividade e a imparcialidade, os grandes jornais e revistas incluíram em suas equipes profissionais de Letras ou jornalistas com domínio comprovado da norma culta da língua, a quem cabia a tarefa de evitar a veiculação de erros e construções textuais inadequadas que comprometessem a clara compreensão dos fatos.

Foi assim até que movimentos de contenção de gastos e redesenho dos perfis profissionais nas Redações impuseram, nas grandes empresas de

comunicação, a extinção da função exclusiva de revisor de texto. Jornais e revistas como O Globo, Correio Braziliense e Folha de São Paulo, entre outros, contam hoje com o bom senso e a experiência dos editores, que devem, além de zelar pela linha editorial e adequação dos conteúdos publicados, vigiar para que os textos não atentem contra a boa escrita e a inteligibilidade. Depoimentos que serão tabulados adiante comprovam o quanto jornalistas que acumulam essa dupla função carecem do trabalho de um revisor de texto na tarefa de preparar as reportagens para publicação.

2. A NOTÍCIA COMO MERCADORIA E O VIÉS DA EDIÇÃO

É inegável que o gradual desaparecimento da função de revisor de texto no organograma das grandes empresas de comunicação reflete o enxugamento de despesas como parte da resposta que precisa ser dada a um mercado cada vez mais competitivo e afetado pelo crescente aumento de custos em sua cadeia produtiva e pelo surgimento de meios alternativos de veiculação, especialmente a internet. No entanto, a consequente adaptação imposta ao perfil profissional do editor, que passa a acumular a tarefa de revisar textos, traz questões que vão além de um simples encolhimento na oferta de vagas para profissionais especializados em revisão. Esse novo modelo precisa ser analisado cuidadosamente por quem deseja entender o que está por trás de cada manchete ou reportagem publicada em um jornal ou uma revista.

A análise do processo de escolha de um título ou de edição de uma reportagem ganha importância na medida em que se compreende o papel do editor como aquele responsável por formatar textos de acordo com a linha editorial do jornal para o qual trabalha. Nesse sentido, antes de zelar pela correção do que está escrito, ele precisa ter a certeza de que o conteúdo publicado vai ao encontro do que o seu leitor deseja receber. Mais do que isso, ele deve garantir que o empacotamento da informação esteja alinhado a determinada estratégia, definida pelos acionistas do jornal, na forma de apresentar os fatos ao leitor. Uma publicação de tom sóbrio certamente o continua sendo porque conquistou um número fiel de leitores identificados com o registro mais formal da língua, enquanto jornais ou revistas com linguagem coloquial, informal e sensacionalista mantêm este estilo

porque são consumidos majoritariamente por um público que aprecia formas mais diretas, simples e impactantes de se contar uma história.

Considerando o universo dos meios privados de comunicação, que no Brasil atingem as grandes massas de leitores, o editor está inserido, em última análise, em uma lógica de mercado que o obriga a conquistar um público vez mais fiel, sob pena de ver a publicação perder anunciantes e ter inviabilizados os seus custos de produção. É por esse motivo que os diretores de Redação dos principais jornais e revistas escolhem a dedo os seus editores, especialmente aqueles que cuidam das manchetes e chamadas de capa. Ciro Marcondes Filho assim alerta para o mecanismo que subordina os meios de comunicação a interesses econômicos e políticos:

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro da objetividade. [...] Se a imprensa é livre, se é objetiva, se representa todos os setores da sociedade, essas são as questões colocadas, antes de mais nada, não pelos grupos dominados, mas pelos próprios detentores do poder, na medida em que se vêem ameaçados por outras informações que põem em risco seu monopólio, venham elas da base da sociedade ou de grupos adversários. (MARCONDES FILHO, 1989, p.11)

Paralelamente às variáveis que condicionam a formatação da notícia no que se refere à sua adequação aos interesses do público e às questões editoriais de mercado, há de se considerar o papel do editor enquanto mediador: é ele o sujeito intermediário entre o repórter, que apura as informações diretamente com as fontes,

e o leitor do jornal, que consome a notícia a partir da forma como lhe são narrados os fatos. Nesse processo de mediação, a visão de mundo do editor e a sua compreensão dos acontecimentos inevitavelmente conferem um novo recorte ao relato da realidade. A jornalista Vera Íris Paternostro, ao comentar o trabalho de edição dos telejornais, apresenta uma descrição que, analogamente, também se aplica às rotinas dos jornais e revistas impressos:

A edição de uma matéria é totalmente subjetiva. Nunca haverá duas edições iguais do mesmo assunto feitas por editores diferentes. (...) Um telejornal é um conjunto de reportagens; se todas estiverem editadas do mesmo jeito, a seqüência se torna monótona. (PATERNOSTRO, 1999, p. 87)

Quanto à falácia em que pode se transformar o conceito de notícia como espelho da realidade, Felipe Pena alerta:

Para começar, é preciso não confundir forma de conhecimento da realidade com espelho dessa mesma realidade. Ou seja, não acreditar na ingênua visão de que as páginas do jornal refletem fielmente os acontecimentos cotidianos, sem qualquer interferência em sua construção. [...] O jornalismo participa da construção social da realidade, e isso é muito mais do que um simples instrumento para conhecê-la. Em outras palavras, é no trabalho da enunciação que os jornalistas produzem os discursos, que, submetidos a uma série de operações profissionais e pressões sociais, produzem o que o senso comum das redações chama de notícia. [...] Entre a infinidade de fatos apurados pelos jornalistas, só alguns serão publicados ou veiculados, levando em consideração critérios como a característica do veículo, suas rotinas de produção e a própria presunção de quem é o seu público. Portanto, estamos distantes da hipótese do espelho descompromissado da realidade. (PENA, 2007)

Diante de tamanha responsabilidade atribuída ao editor, torna-se crucial observar as seguintes questões: comprometido com a linha editorial do veículo e com a busca e expansão de determinado público-alvo, estaria esse profissional apto a acumular a tarefa de revisor de texto enquanto formata entrevistas, títulos e manchetes? Como não sacrificar conteúdos e intenções originais do autor do texto na busca do melhor formato e da chamada mais atraente para o leitor? O editor teria, de fato, condições de zelar pela objetividade e imparcialidade do texto jornalístico enquanto exerce a dupla missão de adequá-lo à norma culta da língua e harmonizá-lo com determinada estratégia de vendas? Um texto cuidadosamente revisado à luz da norma culta estaria imune a interferências de ordem ideológica ou corporativista?

Essas são algumas das questões que norteiam a presente pesquisa. Não se buscou aqui resposta exata para cada uma delas. Ao contrário. Por meio da análise de reportagens veiculadas em três revistas semanais de grande circulação no País, é possível identificar padrões mínimos recorrentes de zelo pela norma culta da língua e, ao mesmo tempo, exemplos de flexibilização do seu registro formal, possivelmente em nome de adequações a um universo de leitores heterogêneo, formado, em grande parte, por um público que tende a se identificar com textos mais próximos da língua falada.

Da mesma forma, a coexistência de padrões opostos no que se refere à predominância da objetividade ou da subjetividade nos textos das reportagens e os diferentes critérios de escolha e hierarquização das informações demonstram, incontestavelmente, que a mesma história – ou a mesma circunstância – pode ser narrada de incontáveis maneiras, a partir do olhar e da percepção de quem a

enuncia. Em outras palavras, o que se verifica é que o alinhamento à norma culta da língua e a obediência a certos padrões pré-definidos de formatação dos jornais e revistas não vêm necessariamente acompanhados pela isenção e imparcialidade, supostos atributos dos conteúdos jornalísticos veiculados na grande imprensa.

3. O JORNALISMO COMO GÊNERO TEXTUAL

Considerando que o jornalismo consiste, essencialmente, na mediação dos fatos exercida por profissionais do texto, torna-se oportuno refletir como o ato de editar notícias está intimamente ligado à tarefa de revisar enunciados e adequá-los aos suportes por meio dos quais seus interlocutores preferenciais serão alcançados. Quando se escolhe observar o trabalho de edição de textos no contexto da prática jornalística, é importante perceber que se trata de processos de retextualização em que, na grande maioria das vezes, a língua falada é convertida em língua escrita por meio do discurso indireto: transcreve-se para o texto o que é ouvido das diversas pessoas durante os eventos, entrevistas ou gravações que motivam uma reportagem. As falas dos agentes que atuam como fonte primária das informações úteis à construção do texto jornalístico materializam-se na notícia publicada por meio da transposição do registro oral para o escrito, o que demanda do repórter e, em seguida, do editor pleno domínio de recursos sintáticos e semânticos capazes de garantir a maior fidelidade possível ao que é originalmente enunciado.

Luiz Antônio Marcuschi assim alerta para a complexidade das operações envolvidas no processo de retextualização da língua falada para a escrita:

Tanto a fala como a escrita não operam nem se constituem numa única dimensão expressiva, mas são multissistêmicas (por exemplo, a fala serve-se da gestualidade, mímica, prosódia etc.; e a escrita serve-se da cor, tamanho, forma das letras e dos símbolos, como também de elementos logográficos, icônicos e pictóricos, entre outros, para fins expressivos). [...] Uma das características mais notáveis da escrita está na ordem ideológica da avaliação sociopolítica em sua relação com a fala e na maneira como nos apropriamos dela para estabelecer, manter e reproduzir relações de poder, não devendo ser tomada como intrinsecamente “libertária”. A retextualização [...] não é um processo

mecânico, já que a passagem da fala para a escrita não se dá naturalmente no plano dos processos de textualização. Trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem compreendidos da relação oralidade-escrita. (MARCUSCHI, 2010, p. 46)

Um trabalho de pesquisa que tenha como matéria-prima textos jornalísticos a serem analisados sob a ótica dos princípios que norteiam a sua edição deve manter-se atento ao estudo dos gêneros textuais e dos suportes disponíveis para a sua veiculação. Como subsídio para esta reflexão, Marcuschi oferece pistas na definição de texto:

O texto é visto como um sistema de conexões entre vários elementos, tais como: sons, palavras, enunciados, significações, participantes, contextos, ações etc.[...] É construído numa orientação de multissistemas, ou seja, envolve tanto aspectos linguísticos como não linguísticos no seu processamento (imagem, música) e o texto se torna em geral multimodal. (MARCUSCHI, 2008, p.80)

Além dos elementos textuais intrínsecos às enunciações, os conteúdos noticiosos publicados na grande imprensa têm a sua significação condicionada pelos diferentes graus de importância atribuídos às informações – o que pode resultar, inclusive, na supressão de algumas delas – e pela sua relação com diversos elementos não verbais como fotos, ilustrações e outros componentes visuais. Nessa perspectiva, não é possível analisar fragmentos de texto sem que se leve em conta a multimodalidade inerente à sua constituição. É o que diz Harrison da Rocha:

[...] o discurso multimodal ocupa espaço cada vez mais representativo nas práticas sociais contemporâneas. Nessa perspectiva, é impossível

interpretar os modos prestando atenção somente na língua escrita ou oral, pois um texto multimodal deve ser lido em conjunção com todos os modos semióticos dessa produção. (VIEIRA *et al.*, 2007, p. 54)

O mesmo autor alerta para a necessidade de se considerarem os diferentes modos de representação do discurso:

A discussão, na realidade, é que, depois de um período de alguns duzentos ou trezentos anos de dominação da modalidade escrita como meio de comunicação e de representação privilegiado, está havendo, agora, mudança profunda no seu sistema de valorização. O cenário semiótico está sendo refeito. Nesse cenário, devemos pensar em uma teoria multimodal para explicar essas mudanças e repensar o valor da escrita. (VIEIRA *et al.*, 2007, p. 52)

Sobre o rico e arriscado processo de resignificação embutido no trabalho de conversão da língua oral para a escrita, inerente à rotina jornalística de narração de fatos e reprodução de falas, Marcuschi adverte que não se trata da “passagem do caos para a ordem: é a passagem de uma ordem para outra ordem” (MARCUSCHI, 2010, p. 47). Ele lembra:

Há nestas atividades de retextualização um aspecto geralmente ignorado e de uma importância imensa. Pois para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero o que foi dito ou escrito por alguém, devo inevitavelmente compreender o que foi que esse alguém disse ou quis dizer. Portanto, antes de qualquer atividade de transformação textual, ocorre uma atividade cognitiva denominada compreensão. Esta atividade, que em geral se ignora ou se dá por satisfeita e não problemática, pode ser a fonte de muitos problemas no plano da coerência no processo de retextualização. (MARCUSCHI, 2010, p. 47)

Georges-Élia Sarfati, ao levantar os princípios que norteiam a análise do discurso, também oferece reflexões úteis acerca da prática jornalística relacionada à descrição de fatos e transposição de entrevistas:

O discurso indireto não reproduz a forma (isto é, “palavra por palavra”) das falas reportadas. Ele constitui uma reformulação semântica global dessas falas, operando diretamente sobre o sentido ou conteúdo delas. Outra característica não menos importante do discurso indireto: as falas que são o objeto desse outro tipo de “relato” estão estreitamente integradas no discurso daquele que “relata”. Longe da exposição ou da representação – características do modo de funcionamento do discurso direto -, o discurso indireto propõe uma tradução, uma transposição daquilo que foi dito por outro (ou pelo mesmo locutor, evocando uma situação de enunciação passada ou por vir). [...] Se o discurso indireto tem as próprias coerções, sobre as quais voltaremos a falar, a liberdade que ele deixa ao locutor é tanto maior na medida em que este pode, a seu bel-prazer, modular o volume da informação reportada, condensar ou ampliar a fala. [...] Desse ponto de vista, numa perspectiva estritamente comunicacional, o discurso indireto dá maior margem ao mal-entendido, mesmo que também ofereça a vantagem de permitir uma síntese. (SARFATI, 2010, p. 73,74)

Ainda sobre o discurso indireto característico da linguagem jornalística, Dominique Maingueneau faz esta reflexão:

Com o discurso indireto, o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para produzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento. [...] Em geral, a imprensa contemporânea privilegia sistematicamente o discurso direto em relação ao discurso indireto. Isto pode se explicar ao mesmo tempo pela preocupação de aproximar-se ao máximo do vivenciado pelos atores da cena midiática e pela preocupação de parecer o mais objetivo possível. O discurso direto permite, de fato, satisfazer as duas maiores preocupações das mídias: emocionar e informar. Mas isto é

apenas um artifício: o discurso direto não é mais “objetivo” que o discurso “indireto”.(MAINGUENEAU, 2013, p. 191, 192)

A respeito da importância de levar em conta aquilo que o leitor possa querer saber entre tantas e imponderáveis notícias, a fim de escolher uma manchete em detrimento de outra, o jornalista Ricardo Kotscho assim comenta a primeira capa de certa edição do jornal Folha de São Paulo em 1983, que destaca o fechamento de um bar tradicional na capital paulistana:

Será que não havia assuntos mais importantes neste dia? Sim, claro que havia: guerras, crises e mudanças na política econômica não faltarão jamais. Mas será que o leitor não tem direito também de, entre uma e outra desgraça, encontrar uma boa história, conhecer a vida de uma figura que não é político nem empresário, e que precisa de espaço para ser contada? Aliás, se o leitor fosse mais ouvido, tenho certeza que a noção do que é importante mudaria um pouco nos nossos jornais. Cabe ao repórter, também, ser muitas vezes o porta-voz deste ser misterioso e invisível, pois é ele quem está em contato direto com as pessoas na rua e tem mais condições de saber o que está interessando naquele momento. (KOTSCHO, 1989, p. 18)

Nesse cenário de múltiplas e concorrentes significações, o texto noticioso está longe de ficar imune à interferência subjetiva de quem o edita, em que pese serem a imparcialidade e a objetividade princípios norteadores da prática jornalística. Por esse motivo, torna-se imprescindível, para uma análise crítica de qualquer conteúdo textual jornalístico, a observação minuciosa do contexto de enunciação e das intenções editoriais e corporativas que ensejam a sua formatação. Ciro Marcondes Filho arrisca conceituara notícia analisada à luz da lógica mercantilista que condiciona a sua veiculação na grande imprensa:

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica. (MARCONDES FILHO, 1989, p.13)

Por fim, a descrição da rotina de produção do texto jornalístico como uma prática discursiva sofisticada, da qual participam vários agentes, é apresentada por Norman Fairclough de forma oportuna:

[...] um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção – no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícias, na transformação dessas fontes (frequentemente elas próprias já são textos) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem e na edição da reportagem. (FAIRCLOUGH, 2001, p.107)

Ao longo deste trabalho, relatos de jornalistas que atuam como editores na finalização dos textos das reportagens poderão indicar alguns dos fatores que interferem diretamente na definição do que é mais ou menos importante entre as informações disponíveis e na escolha de títulos, manchetes, fotos e outros elementos ilustrativos. Eles fornecerão pistas do que condiciona o conteúdo e a forma do texto jornalístico a partir da lógica que apresenta a notícia como mercadoria, veiculada em publicações comercializadas em bancas ou por meio de

assinaturas, com custos de produção majoritariamente viabilizados por anunciantes que precisam ter garantido um número cada vez maior de leitores.

Da mesma forma, entrevistas com profissionais que atuam como revisores de texto também poderão apontar o que condiciona o trabalho de adequação dos conteúdos jornalísticos à norma culta da língua e a certos padrões de inteligibilidade, sugerindo em que medida é possível proteger o conteúdo a ser publicado de interferências linguísticas que podem expressar tanto opções pessoais quanto orientações de ordem editorial.

4. DISCURSO JORNALÍSTICO E PRÁTICA SOCIAL: A CONTRIBUIÇÃO DE FAIRCLOUGH

Ao lembrar que o discurso é inevitavelmente uma prática social, Fairclough oferece uma perspectiva de análise a partir de categorias que servem, de forma confortável, como subsídio para a leitura dos textos veiculados na grande imprensa. Para o autor, o discurso, materializado na forma de qualquer texto oral ou escrito, implica necessariamente uma representação da realidade, que, por sua vez, também recebe um sentido a partir de como é enunciada: “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Na visão de Fairclough, o discurso é capaz de revelar identidades sociais, construir relações sociais e, dialeticamente, reproduzir e ao mesmo tempo formar sistemas de conhecimento e crença. Nesse sentido, ele afirma:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. (FAIRCLOUGH, 2001, p.94)

A escolha das palavras, a relação que se escolhe criar entre elas e certos elementos extrínsecos ao texto concorrem para que a materialização do discurso se configure como um processo único, irreprodutível e vinculado de forma determinante ao seu autor e às circunstâncias que ensejam a sua produção, sempre subordinado

a determinado código verbal que emoldura e viabiliza a comunicação. É o que diz o autor:

[...] a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está intimamente enraizada em estruturas materiais, concretas, orientando-se para elas. (FAIRCLOUGH, 2001, p.95)

Fairclough (2001, p. 103) sugere sete categorias de análise textual como instrumentos capazes de revelar as identidades sociais dos sujeitos envolvidos na prática discursiva, as relações sociais presumidas e/ou produzidas entre esses sujeitos e, por fim, o sistema de crença e conhecimento por eles compartilhado, o qual condiciona de forma decisiva o processo de significação dos enunciados. São estas as categorias: vocabulário; gramática; coesão; estrutura textual; força do enunciado; coerência; e intertextualidade.

Na análise do vocabulário, o autor leva em consideração o repertório mobilizado na construção do discurso e como esse universo lexical colabora para a produção de significados. Na observação da gramática, é verificada a organização das palavras em orações, que podem, por exemplo, valorizar, por decisão do autor, o sujeito ou o objeto de determinada ação, em razão da opção pela voz ativa ou pela voz passiva na sentença. Na análise da coesão, são observados os recursos sintáticos que estabelecem relação entre as orações, como conjunções, pronomes e sinônimos, entre outros. Ao analisar a estrutura textual, Fairclough leva em conta os aspectos constitutivos do discurso no que se refere à sua forma de organização. No caso de um texto jornalístico, o autor sugere que esse aspecto merece especial atenção quando se observa a ordem de apresentação dos fatos narrados e o grau

de importância atribuído a cada informação, a partir de seu maior ou menor detalhamento e da formatação que a edição final da reportagem lhe confere.

Quando cita a força do enunciado como uma categoria de análise do discurso, Fairclough (2001, p. 104) sinaliza que leva em consideração o tipo de “ato da fala” que motiva a enunciação. Trata-se de observar a identidade social do emissor e do receptor, a relação entre eles e a intenção presumida do discurso. De maneira simplificada, observar a força do enunciado significa, para o autor, identificar se o texto traz consigo uma ordem, um pedido, uma instrução, um relato de experiência, uma informação oficial ou uma transcrição de falas, entre outras intenções. A partir dessa definição, é possível inferir os processos específicos de produção, distribuição e consumo textual que condicionam o discurso, levando-se em conta os diversos fatores sociais envolvidos. O autor adverte:

Alguns textos (entrevistas oficiais, grandes poemas) são registrados, transcritos, preservados, relidos; outros (publicidade não solicitada, conversas casuais) não são registrados, mas transitórios e esquecidos. Alguns textos (discursos políticos, livros-texto) são transformados em outros textos. As instituições possuem rotinas específicas para o 'processamento' de textos. [...] Além disso, os textos apresentam resultados variáveis de natureza extradiscursiva, como também discursiva. Alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas. Alguns textos têm distribuição simples, [...] enquanto outros têm distribuição complexa. Textos produzidos por líderes políticos ou textos relativos a negociação internacional de armas são distribuídos em uma variedade de diferentes domínios institucionais, cada um dos quais possui padrões próprios de consumo e rotinas próprias para a reprodução e transformação de textos. Por exemplo, os telespectadores recebem uma versão transformada de um discurso pronunciado por Thatcher ou Gorbachev, versão que é consumida segundo hábitos e

rotinas particulares de recepção. Produtores em organizações sofisticadas, como departamentos do governo, produzem textos de forma a antecipar sua distribuição, transformação e consumo, e neles constroem leitores múltiplos. Podem antecipar não apenas os 'receptores' (aqueles a quem o texto se dirige diretamente), mas também os 'ouvintes' (aqueles a quem o texto não se dirige diretamente, mas são incluídos entre os leitores) e 'destinatários' (aqueles que não constituem parte dos leitores 'oficiais', mas são conhecidos como consumidores de fato (por exemplo, os oficiais soviéticos são destinatários em comunicações entre os governos da Organização do Tratado do Atlântico Norte/OTAN). E cada uma dessas posições pode ser ocupada de forma múltipla. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 108)

No que tange à produção de textos jornalísticos, cuja premissa aparente é o relato fiel e imparcial dos fatos, Fairclough impõe uma importante reflexão ao lembrar que, neste caso, o conceito de produtor textual “é mais complicado” do que parece, podendo ser ocupado por mais de uma pessoa. Nesse sentido, traz a distinção entre três agentes produtores: aquele que seria o “animador” do discurso, responsável por realizar os sons ou as marcas escritas do texto noticioso que é veiculado; o autor do texto, responsável por reunir as informações necessárias à apuração dos fatos; e o “principal”, aquele que é a fonte primária e cuja posição está representada por meio das palavras. Para Fairclough, os conteúdos jornalísticos trazem uma ambiguidade na relação entre essas posições:

[...] frequentemente, o principal é uma “fonte” fora do jornal, mas algumas reportagens não deixam isso claro e dão a impressão de que o principal é o jornal (o editor ou um jornalista); e os textos de autoria coletiva muitas vezes são escritos como se fossem assinados por um único jornalista (que na melhor das hipóteses seria o animador) (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107)

Ao citar a coerência como uma categoria de análise do discurso, Fairclough sugere que um texto deve ser analisado de forma a se verificar em que medida é capaz de fazer sentido “como um todo”, mesmo que apresente poucas marcações formais dessas relações de sentido. Para o autor, “um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido, alguém que é capaz de inferir relações de sentido na ausência de marcadores explícitos”. Ele alerta:

[...] o modo particular em que é gerada uma leitura coerente de um texto depende novamente da natureza dos princípios interpretativos a que se recorre. Princípios interpretativos particulares associam-se de maneira naturalizada a tipos de discursos particulares, e vale a pena investigar tais ligações devido à luz que jogam sobre as importantes funções ideológicas da coerência na interpelação dos sujeitos. Isto é, os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são “capazes” de compreendê-los e “capazes” de fazer as conexões e as inferências, de acordo com os princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes. Tais conexões e inferências podem apoiar-se em pressupostos de tipo ideológico. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113)

Como exemplo dos pressupostos de ordem ideológica que interferem na compreensão de um texto a partir do grau de coerência a ele atribuído, Fairclough cita um enunciado formado por dois períodos simples: “Ela pede demissão do emprego na próxima quarta-feira. Está grávida”. Para o autor, de maneira resumida, aqueles que consideram natural o fato de uma mulher ter de se desligar do emprego por estar grávida considerarão o texto perfeitamente correto e coerente, apesar da ausência de marcadores formais explícitos (como o conectivo “logo”, entre outros) que poderiam estabelecer a relação entre as frases. Já aqueles que consideram absolutamente equivocado o pressuposto ideológico que estabelece a demissão

como caminho natural para as mulheres grávidas definirão o enunciado como absurdo e incoerente, questionando a sua correção e invocando leituras diferentes da mais óbvia.

Também relacionada a pressupostos que condicionam a compreensão de um texto, a intertextualidade é, por fim, citada por Fairclough como uma categoria de análise do discurso útil à perspectiva que observa todo enunciado como uma prática social. Na visão do autor, textos dotados de intertextualidade são aqueles formados por fragmentos de outros textos, que podem ser apresentados explicitamente como citações, aparecer misturados ao discurso, ser mencionados ironicamente ou ser lembrados como ponto de partida para a afirmação do contraditório, entre outras formas de referência a qualquer conteúdo previamente enunciado. Sobre os fatores que impactam a recepção de um texto, ele alerta:

[...] não é apenas “o texto”, nem mesmo os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114)

Com base nas categorias de análise do discurso definidas por Fairclough e em outras considerações de autores citados ao longo deste trabalho, buscou-se criar categorias específicas que pudessem ser úteis à observação dos textos noticiosos selecionados. No próximo capítulo, o discurso jornalístico será analisado por meio da identificação do uso de recursos chamados de factuais, lexicais, semânticos, gramaticais, intertextuais, identitários e multimodais, conforme explicação a seguir.

Os recursos factuais são aqueles relacionados à forma de organização do texto, à escolha das informações e à importância atribuída a cada uma delas, em correlação com a categoria de análise chamada por Fairclough de “estrutura textual”. Esses recursos serão identificados sempre que uma informação periférica à principal for destacada ou a ela explicitamente relacionada como forma de introduzir algum viés de opinião à reportagem.

À luz do que o autor observa como “vocabulário” e “gramática”, serão analisados aspectos textuais chamados de lexicais, semânticos e gramaticais, cabendo a seguinte diferenciação: os lexicais dizem respeito à escolha do vocabulário; os semânticos relacionam-se ao sentido que se busca na utilização de cada palavra, em especial o predomínio da denotação ou da conotação; e os gramaticais são aqueles relacionados à construção das orações e aos mecanismos de coesão e coerência.

Os recursos intertextuais são aqueles que denunciam a presença de intertextualidade, segundo descreve Fairclough. Podem estar, de várias formas, relacionados aos recursos semânticos, já que a compreensão do sentido conotativo das palavras, produzido a partir de diferentes figuras de linguagem, por exemplo, pressupõe, muitas vezes, o conhecimento prévio de dada situação ou conteúdo já enunciado, embora não explícito.

Os recursos identitários são os mecanismos que revelam a força e o “ato de fala” do enunciado, no que se refere à intenção do discurso e às identidades do seu produtor e do seu consumidor; em última análise, são os recursos que podem dificultar a identificação de quem efetivamente fala, provocando confusão na classificação dos agentes que atuam como “principal”, “autor” e “animador” do

discurso, conforme já conceituado por Fairclough. Nas reportagens analisadas, os recursos identitários serão encontrados sempre que houver apropriação da fala de um desses agentes pelo outro, ou, ainda, sempre que o discurso promover algum juízo de valor que não possa ser explicitamente atribuído a um agente específico. Assim, serão classificadas como recurso identitário a informação citada sem menção de sua origem e qualquer afirmativa apócrifa de natureza opinativa.

Por último, mas não menos importantes, serão identificados recursos multimodais sempre que as reportagens recorrerem a formas não verbais de discurso. Considerando que a amostra selecionada resume-se à modalidade impressa de texto jornalístico, será investigado como fotos e ilustrações podem tanto reforçar significações quanto acrescentar sentidos novos ou complementares ao discurso verbalmente enunciado.

5. TRÊS REVISTAS, TRÊS NOTÍCIAS, UM FATO

As reportagens publicadas na grande imprensa sobre os temas de interesse nacional demonstram-se reveladoras do papel mediador exercido pelos repórteres e editores na tarefa de narrar os fatos. Seja a serviço da linha editorial do veículo para o qual trabalha, seja à mercê da sua visão pessoal dos acontecimentos, ou seja, ainda, suscetível aos dois tipos de interferência, o jornalista invariavelmente promove em seus textos o recorte da realidade a partir de condicionantes das mais diferentes espécies, que impactam tanto o conteúdo quanto a formatação da notícia oferecida ao leitor.

Com a intenção de evidenciar que o mesmo fato ou a mesma circunstância podem ser descritos no texto jornalístico de maneiras inteiramente distintas, privilegiando-se determinada informação em detrimento de outra, dando-se mais ou menos ênfase a certo dado ou, ainda, preservando-se a objetividade e a imparcialidade em maior ou menor grau, foram selecionadas três reportagens sobre um mesmo tema veiculadas em três das principais revistas semanais em circulação no País. As publicações escolhidas foram *Veja* (Editora Abril), *Época* (Editora Globo) e *Carta Capital* (Editora Confiança). Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), as revistas circularam, durante o ano de 2013, com uma média de 1,043 milhão, 420 mil e 30 mil exemplares por semana, respectivamente.

Para efeito de comparação, serão considerados o título, o subtítulo e os dois primeiros parágrafos de cada reportagem. Nos quadros que se seguem às imagens com a reprodução das reportagens, serão transcritos alguns trechos que revelam o uso de recursos factuais, lexicais, semânticos, gramaticais, intertextuais,

identitários e multimodais na elaboração do discurso jornalístico, conforme os critérios de classificação definidos neste trabalho.

As informações objetivas que motivaram a produção das três reportagens, consideradas no jargão jornalístico como a pauta comum entre elas, estão descritas no quadro abaixo:

Durante convenção nacional do partido, realizada no dia 10 de junho de 2014, o PMDB homologa apoio à candidatura da Presidente Dilma Roussef (PT) à reeleição, com placar de 59% dos votos a favor e 41% contra. Paralelamente, a Presidente também teve formalizado o apoio do PDT. Principal repercussão: a candidata do PT ganha mais tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

5.1. Dado nº 1: reportagem da revista Veja de 18/6/2014



Brasil

ouvir um coro grosseiro, recheado de palavrões de baixo calão. A repercussão foi imediata, principalmente nas redes sociais, que replicaram a cena. O Planalto sabia dos riscos que corria. Tanto que tentou minimizá-los na terça-feira, quando Dilma usou por dez minutos a rede nacional de rádio e televisão para exaltar a Copa, defender seu legado e atacar os "pessimistas". Em resposta a denúncias de superfaturamento em obras e a queixas com os gastos públicos, ela disse, por exemplo, que o poder público investiu 212 vezes mais em saúde e educação do que na construção de estádios. Pelas manifestações ouvidas no Itaquero, a ofensiva televisiva não deu certo. Há o temor de que o coro se repita em outros jogos da Copa, com ou sem a presença da presidente. Por enquanto, está prevista apenas a ida dela à final, no Maracanã. Pior: com base nesse episódio, há o temor de que Dilma não consiga, mesmo com a propaganda eleitoral na TV, reduzir seu alto nível de rejeição e conquistar os votos que lhe garantam um novo mandato.

A propaganda eleitoral é a principal arma dos coordenadores da campanha

presidencial do PT. A meta deles é formar uma coligação com pelo menos dez partidos e, assim, assegurar à presidente o dobro do tempo reservado aos dois principais rivais: o senador Aécio Neves (PSDB) e o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB). Com esse ativo, os governistas dizem que Dilma tem chance de vencer no primeiro turno. Uma chance que, segundo as pesquisas, é cada vez menor (*veja reportagem na página 64*). Levantamento do Ibope divulgado na semana passada mostrou Dilma com 38% das intenções de voto, quatro a menos que seus oponentes somados. Se confirmados em outubro, esses números levarão à realização do segundo turno. A vantagem dela sobre Aécio ou Campos, em eventual embate direto com cada um deles, também diminuiu. Hoje, é de 9 e 11 pontos, respectivamente. No início do mês, Dilma, o ex-presidente Lula, o marqueteiro João Santana e o ex-ministro Franklin Martins se reuniram no Palácio da Alvorada para analisar a conjuntura eleitoral. Eles elencaram os problemas que têm tirado votos da presidente, como a inflação e o pessimismo crescente com os rumos da

PERDÃO Demitido, o ex-ministro Lupi (à dir.), presidente do PDT, defendeu o apoio à reeleição de Dilma

economia, e concluíram que a melhor maneira de superá-los, aos olhos dos eleitores, é com a propaganda eleitoral.

Os adversários não conseguem subir com a velocidade esperada e são pouco conhecidos. Já a presidente ainda conta com um nível de apoio popular bastante competitivo", diz um dos coordenadores da campanha, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não divulgou de quantos minutos cada candidato disporá na propaganda eleitoral, mas Dilma pode ter até o dobro do tempo sonado de Aécio e Campos (*veja o quadro na pág. 62*). Haverá vantagem também na quantidade de comerciais de trinta segundos. A presidente espera ter três vezes mais inserções diárias do que Aécio. A propaganda e as inserções serão usadas pelo PT para suprir o que auxiliares de Dilma chamam de "déficit de informação". Eles alegam, como de costume, que o governo fez muitas realizações, por falhas na comunicação oficial, ainda não são reconhecidas pela

"O que vale é acumular cargos e vantagens"

Por que o senhor critica tão fortemente Carlos Lupi, que afirma preside o seu partido e integra um governo do qual o senhor também fez parte? Hoje existe uma quadrilha que tomou de assalto a direção do PDT. Lupi e Manoel Dias (atual ministro do Trabalho) são verdadeiros corruptos que têm a cara de pau de permanecer no ministério mesmo diante de um pedido da polícia ao STF para investigá-los. Lupi foi o responsável por jogar no lixo um legado construído durante toda uma vida

permaneceu por apenas dez meses no cargo, não sendo nem indicado, segundo contou ao editor Rodolfo Rangel, por contrariar interesses nada republicanos do próprio partido.

ADVERSÁRIO
O ex-ministro Brizola Neto, o PDT é uma federação de interesses

por meu avô, Leonel Brizola. A tragédia é ver que o patrimônio ético do PDT foi jogado no lixo. Hoje o partido é uma federação de interesses. O que vale para esses dirigentes é acumular cargos e vantagens. Ou seja: um balcão de negócios.

A que o senhor se refere? A gestão de Lupi no ministério foi de seguidos escândalos, favorecimentos e propinas milionárias. O cálculo que se faz é que tenha havido desvio de mais de 400 milhões de reais. Esses atos são dirigidos do partido, Lupi e Manoel Dias, são figuras repugnantes. O Lupi mudou de padrão de vida em relação ao jornalista que eu conheci. Quanto a Manoel Dias, ele é apenas um empregado do Lupi.

O que o senhor fez de diferente em relação a Lupi? Quando estive no governo, conseguimos fechar a fábrica de sindicatos que havia dentro do ministério. O que



Por que o senhor deixou o ministério?

O Lupi queria continuar mandando e desmandando no ministério, como ele manda hoje no ministério do Manoel Dias, com todas as málculas que carrega, seja na concessão de registro sindical, seja na relação com ONGs que recebem verbas do ministério. Era a maneira que ele tinha de continuar influenciando e dando continuidade às suas práticas não republicanas.

Em algum momento a presidente admitiu que estava demitindo o senhor por que precisava ceder ao fisiologismo?

Intelectuais aconselharam mal a presidente, dizendo que era necessária, para recompor com o PDT, a volta do grupo do Lupi ao Ministério do Trabalho. A presidente conversou comigo e disse que estava entristecida, que estava fazendo um ato que não era da sua vontade. Mas que se viu obrigada pelas circunstâncias a me substituir e devolver o ministério à direção nacional do PDT.

da. No Brasil, os partidos, com raríssimas exceções, não são programáticos nem democráticos. Só têm compromisso com sua manutenção no poder, com a ocupação de cargos e com a obtenção de vantagens junto ao poder público. Essa é a grande tragédia da política brasileira.

O senhor se decepcionou com a presidente? Eu tenho uma grande admiração pela presidente Dilma. É importante lembrar que em 1989 e 1994 ela votou pouco daquilo que durante uma vida inteira eu vi no meu avô, e compromissos sinceros com a trajetória do trabalhismo brasileiro. Talvez ela não tenha conseguido avançar mais por se tornar refém de uma base parlamentar que põe em primeiro lugar seus interesses pessoais, regionais, eleitorais. O que eu posso afirmar é que ela tentou à exaustão combater-los. Mas os interesses eleitorais e a necessidade de ter votos no Congresso falaram mais alto.

acontecia que fazia com que os processos ficassem sujeitos ao tráfico de influência? Chegou a haver 8.000 pedidos acumulados. Para quê? Negar, e os interessados ficavam sujeitos a toda sorte de influência da direção do ministério. Ficavam à mercê das vontades do ministério. É o ambiente ideal para o tráfico de influência, tanto que se criou ali uma expressão: "fábrica de sindicatos. Quem era o gerente dessa fábrica? Era o Lupi. Eu fechei a fábrica.

Ao admitir o grupo de Lupi de volta no governo, a presidente Dilma cedeu ao fisiologismo? A minha ida para o ministério foi à revelia dessa direção, num momento em que a presidente Dilma fez para enfrentar as cúpulas partidárias, das quais ela acabou se tornando refém. Eu lamento muito que a política nacional, e o sistema político, crie governos dependentes de bases fisiológicas. Hoje a presidente Dilma é refém de um exército de mercenários que formam sua base alia-

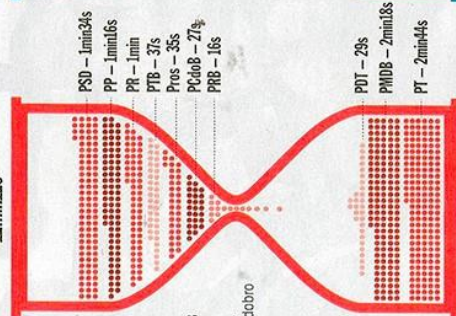
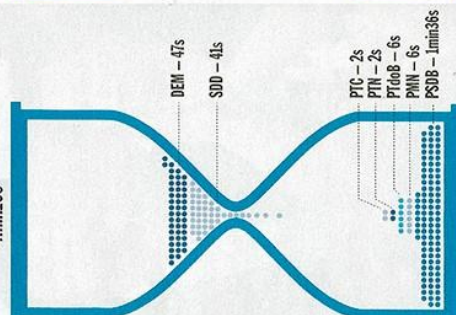
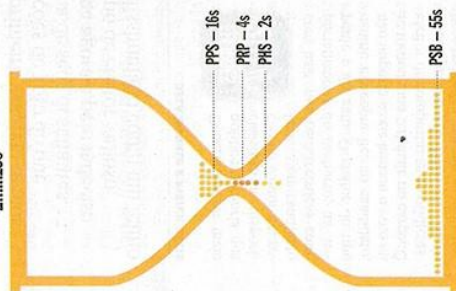
CRISTIANO MARX



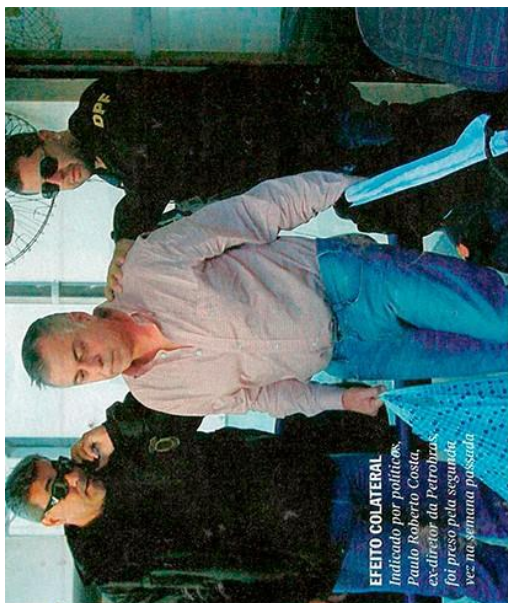
Brasil

DILMA ROUSSEFF
12min12sDevem formalizar
a aliança até o
fim de junhoLONGA
METRAGEM

O PT já assegurou o apoio do PMDB e do PDT e aguarda a formalização da aliança com mais sete legendas, o que garantirá ao partido quase o dobro de tempo de televisão dos seus adversários sonhados

Já formalizaram
a aliançaAÉCIO NEVES
4min16sEDUARDO CAMPOS
2min13s

* Pelo 1º um tempo de tempo de propaganda eleitoral é dividido entre todos os candidatos. Se forem mais concorrentes, serão atribuídos 50s ao tempo de propaganda de cada um deles



EFEITO COLATERAL
Indicado por políticos,
Paulo Roberto Costa,
ex-diretor da Petrobras,
foi preso pela segunda
vez na semana passada

Ele guardou 23 milhões de dólares

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa é um produto dessa associação política em que o interesse público sempre está em último lugar, indicado ao cargo por um consórcio formado pelo PP, PT e PMDB, ele fez fortuna facilitando negócios criminosos no submundo da estatal. Paulo Roberto foi preso há três meses — depois libertado por meio de um habeas corpus —, quando a Polícia Federal descobriu que ele agia em parceria com o doleiro Alberto Youssef. O esquema é padrão: Paulo Roberto facilitava a vida de algumas empresas que tinham negócios com a estatal. Em troca, elas contribuíam para um caixa clandestino administrado pelo doleiro — dinheiro que era rateado entre todas as partes envolvidas. Os investigadores já identificaram parlamentares, partidos e funcionários públicos beneficiados. O ex-diretor, sozinho, guardava 23 milhões de dólares em contas no exterior.

O fisiologismo e os conchavos políticos são responsáveis pela existência de figuras como o ex-diretor da Petrobras. O caso permite compreender por que um cargo numa estatal qualquer é disputado com tanto afinco pelos partidos. Se Paulo Roberto

ROBSON BONIN

o tempo de TV do PMDB, mas boa parte da legenda, se não a maioria dela, pedirá voto para Aécio ou Eduardo Campos. Se o PT é a legenda associada à corrupção, como demonstram as próprias pesquisas internas do partido, o PMDB é a cara do fisiologismo. Dilma não só fez vista grossa à fama do parceiro como o alagou: “Estamos nos aliando ao que há de mais moderno neste país”. A presidente em início de mandato pensava diferente da presidente que está em campanha. Em 2011, Dilma demitiu dois peemedebistas do ministério. Nos anos seguintes, expurgou-os de estatais de ponta, como Furnas e Petrobras. Mas isso é passado. Em busca do novo mandato, Dilma agora confraterniza até com o deputado Eduardo Cunha, que já foi, para ela, a encarnação do mal na política brasileira. “Não vou me deixar perturbar por agressões verbais, não vou me deixar atemorizar com enxurdatos que não podem sequer ser escutados pelas crianças e pelas famílias”, disse a presidente. Desconsideradas as grosserias, as vaiares refletem justamente o que “há de mais moderno” na política brasileira.

releição. A parceria foi selada depois de uma convenção em que só 54% dos peemedebistas habilitados a votar se manifestaram a favor da reedição da chapa formada por Dilma e Michel Temer. Em 2010, o percentual foi de 85%. O PMDB controla atualmente cinco ministérios, mas acha pouco. Diz que com essas pastas não tem “instrumentos políticos” eficientes — leia-se: cargos, verbas e políticas capazes de agradar a financiadores de campanha e eleitores. Há tempos, o partido cobra uma melhor participação na Esplanada. Há tempo, exige que o PT abandone disputas estaduais para apoiar-o.

Pelas mãos de Dilma, os petistas já fizeram algumas concessões. Entre elas, embarcar nas candidaturas do ex-presidente José Sarney ao Senado e dos filhos de Renan Calheiros e Jader Barbalho aos governos de Alagoas e do Pará — três expoentes do partido que já foram considerados pelo PT como exemplos de vilania. Ao aprovar por pequena margem a coligação nacional com os petistas, os peemedebistas deixaram claro que queriam novas concessões. O recado é claro: se essa fatura não for paga, Dilma usará

teria plenas condições de vencer no primeiro turno”, acrescenta. O otimismo é uma das marcas de Lula e de seus seguidores. O otimismo e o pragmatismo. Para alcançar um tempo recorde de propaganda eleitoral, Dilma deixou de lado o figurino da faxineira ética e se entregou gostosamente à cooptação partidária. À mesa, ela negocia participação neste e no futuro governo.

Na semana passada, a presidente recebeu o apoio do PDT à reeleição. O partido é presidido por Carlos Lupi, que foi demitido pela própria Dilma do cargo de ministro do Trabalho depois de ser alvo de uma série de denúncias. Correligionários de Lupi o acusam de ter montado um esquema de cobrança de propina na pasta (veja a entrevista na página 60). Dilma também corteja o PR — presidido pelo senador Alfredo Nascimento, que foi defendido por ela do Ministério dos Transportes — e o PP, partido a que prestava serviços o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, preso e investigado por suspeita de corrupção (veja o quadro na página 63). Maior aliado do PT no governo, o PMDB também anunciou adesão à campanha à

população. Outra meta é reforçar a imagem de programas considerados carreadores de voto, como o Mais Médicos e o Minha Casa, Minha Vida. “Eles querem surrupiar nossos programas. Eles subestimam a inteligência do nosso povo. Quando tiveram a oportunidade, não fizeram”, declarou a presidente, referindo-se a tucanos e socialistas.

Na reunião no Alvorada, ficou decidido que a propaganda também reforçará características pessoais da presidente que ainda são exaltadas pelos eleitores, como, segundo seus apoiadores, competência e honestidade. “Há uma dissonância, um descompasso, entre a aprovação a esses atributos e a aprovação às ações do governo. A meta é aproximá-los. Num eleição, julga-se fortemente a pessoa”, diz um dos coordenadores da campanha. Para ele, a Copa ajudará a presidente a congelar o debate eleitoral. “Impressiona a resistência de Dilma. Ela está sobrevivendo à crise social de junho passado, aos protestos contra a Copa e a crise internacional. Chegaremos a agosto com as mesmas intenções de voto de agora. Com o início da propaganda, ela

5.1.1. Extrato da notícia

Título	Uma questão de tempo
Subtítulo	Em queda nas pesquisas, Dilma garante o apoio do PMDB e abraça o PDT, cujo presidente ela demitiu por irregularidades
1º parágrafo	<p>O governo sabia que a presidente Dilma Rousseff deveria manter uma distância regulamentar da Copa do Mundo. Em junho do ano passado, no auge das manifestações que derrubaram o apoio popular aos governantes, ela foi recebida com uma sonora vaia ao discursar na abertura da Copa das Confederações. Na ocasião, até fez aquela cara de poucos amigos que aterroriza os ministros, mas não conseguiu intimidar os torcedores. Pensado como peça de propaganda eleitoral, o discurso acabou se tornando um estrondoso tiro no pé. Recentemente, pesquisas encomendadas pela Presidência da República também detectaram que os brasileiros não querem os políticos pegando carona na Copa e na paixão dos eleitores pelo futebol. Esses precedentes provocaram um debate entre coordenadores da campanha à reeleição e assessores presidenciais. Dilma deveria discursar na abertura da Copa? Deveria ir aos estádios? Deveria fazer um pronunciamento sobre o tema? A ideia inicial era que não – para evitar desgastes desnecessários. Com a queda das pesquisas, houve uma ligeira mudança nos planos, e a presidente colheu o que tanto temia.</p>
2º parágrafo	<p>Na estreia do Brasil na copa, contra a Croácia, Dilma foi vaiada e xingada. Temendo constrangimento diante dos torcedores, ela até abriu mão de discursar durante a partida, mas bastou aparecer no telão para ouvir um coro grosseiro, recheado de palavras de baixo calão. A repercussão foi imediata, principalmente nas redes sociais, que replicaram a cena. O Planalto sabia dos riscos que corria. Tanto que tentou minimizá-los na terça-feira, quando Dilma usou por dez minutos a rede nacional de rádio e televisão para exaltar a Copa, defender seu legado e atacar os “pessimistas”. Em resposta a denúncias de superfaturamento em obras e a queixas com os gastos públicos, ela disse, por exemplo, que o poder público investiu 212 vezes mais em saúde e educação do que na construção de estádios. Pelas manifestações ouvidas no Itaquerão, a ofensiva televisiva não deu certo. Há o temor de que o coro se repita em outros jogos da Copa, com ou sem a presença da presidente. Por enquanto, está prevista apenas a ida dela à final, no Maracanã. Pior: com base nesse episódio, há o temor de que Dilma não consiga, mesmo com a propaganda eleitoral na TV, reduzir seu alto nível de rejeição e conquistar os votos que lhe garantam um novo mandato.</p>

5.1.2. Quadro ilustrativo dos recursos

Recursos factuais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Em queda nas pesquisas 2) Dilma garante o apoio do PMDB e abraça o PDT 3) cujo presidente ela demitiu por irregularidades 4) pesquisas encomendadas pela Presidência da República também detectaram que os brasileiros não querem os políticos pegando carona na Copa e na paixão dos eleitores pelo futebol 5) Na estreia do Brasil na copa, contra a Croácia, Dilma foi vaiada e xingada
Recursos lexicais	<ol style="list-style-type: none"> 1) <u>sonora</u> vaia 2) <u>estrondoso</u> tiro no pé 3) coro <u>grosseiro</u> 4) <u>Pior</u>: com base nesse episódio, há o temor de que Dilma não consiga, mesmo com a propaganda eleitoral na TV, reduzir seu alto nível de rejeição
Recursos semânticos	<ol style="list-style-type: none"> 1) Uma <u>questão de tempo</u> 2) cara de poucos amigos 5) <u>aterroriza</u> os ministros 3) <u>tiro no pé</u> 4) a presidente <u>colheu</u> o que tanto temia
Recursos gramaticais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Na ocasião, <u>até</u> fez aquela cara de poucos amigos que aterroriza os ministros, <u>mas</u> não conseguiu intimidar os torcedores. 2) ela <u>até</u> abriu mão de discursar durante a partida, <u>mas</u> bastou aparecer no telão para ouvir um coro grosseiro. 3) <u>também</u> detectaram
Recursos intextuais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Uma questão de tempo 2) Com a queda das pesquisas
Recursos identitários	<ol style="list-style-type: none"> 1) a presidente colheu o que tanto temia 2) O Planalto sabia dos riscos que corria. Tanto que tentou minimizá-los na terça-feira, quando Dilma usou por dez minutos a rede nacional de rádio e televisão para exaltar a Copa 3) Pelas manifestações ouvidas no Itaquerão, a ofensiva televisiva não deu certo. 4) Há o temor de que o coro se repita em outros jogos da Copa 5) Pior: com base nesse episódio, há o temor de que Dilma não consiga, mesmo com a propaganda eleitoral na TV, reduzir seu alto nível de rejeição e conquistar os votos que lhe garantam um novo mandato
Recursos multimodais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Foto com todos de mãos dadas reforça a aliança entre os políticos 2) Foto mostra o ministro do PDT demitido 3) Gráficos ilustram a pesquisa eleitoral e a distribuição do tempo de propaganda eleitoral

5.1.3. Análise da notícia

A reportagem de *Veja* destacou como recurso factual, logo no início do texto, a informação de que a candidata do PT à reeleição Dilma Roussef, que está em queda nas pesquisas de intenção de voto e teve confirmado o apoio dos partidos PMDB e PDT em sua campanha eleitoral. Em seguida, no mesmo período sintático, ressalta que a Presidente chegara a demitir do cargo de Ministro, por irregularidades, o presidente do PDT. Ainda no parágrafo inicial, o texto cita o descontentamento do eleitor com políticos que aproveitariam a realização da Copa do Mundo para se promover. No segundo parágrafo, a primeira frase lembra que a candidata foi vaiada e xingada durante o jogo de estreia da seleção brasileira no mundial.

Um levantamento lexical rápido demonstra que o autor do texto não se furtou a utilizar adjetivos para reforçar os aspectos negativos de fatos relacionados a Dilma Roussef e à realização da Copa do Mundo no Brasil, como em “sonora vaia”, “estrondoso tiro no pé” e “coro grosseiro”. Já no período iniciado pelo advérbio “pior”, o autor sugere que uma situação já considerada ruim poderia agravar-se ainda mais.

No campo semântico, percebe-se o uso recorrente da conotação, a começar pelo título da matéria. A expressão “uma questão de tempo” refere-se à conquista de mais minutos de propaganda eleitoral para Dilma Roussef no rádio e na televisão – fruto da aliança partidária – e também pode sugerir que a passagem do tempo inevitavelmente revela as relações de causa e efeito entre as decisões políticas e a reação dos eleitores. Em seguida, outras palavras demonstram o uso de figuras de linguagem para ilustrar o que seria o perfil psicológico da candidata, como em “cara de poucos amigos” e “aterroriza os ministros”. A expressão “tiro no

pé” também pode servir pra reforçar um suposto fracasso da Presidente ao discursar durante a Copa das Confederações. Da mesma forma, a frase “a presidente colheu o que tanto temia” sugere que a reação contrária de parte da população seria consequência das opções políticas de Dilma Roussef.

Ainda sobre o título, percebe-se que a compreensão do duplo sentido da expressão “questão de tempo” requer o conhecimento prévio, pelo leitor, de que alianças entre partidos proporcionam mais tempo de campanha nos meios de comunicação. Dessa forma, o uso da expressão também pode ser considerado um recurso intertextual, assim como o trecho “Com a queda das pesquisas, houve uma ligeira mudança nos planos”, cuja compreensão requer a leitura do infográfico que, de forma independente do texto, ilustra os números da pesquisa eleitoral mais recente.

No que se refere aos recursos gramaticais, verifica-se, algumas vezes, a ocorrência da construção sintática formada pela soma do advérbio “até” com a conjunção adversativa “mas”, que reforça o caráter negativo dos protestos dirigidos à Presidente, como em “ela até abriu mão de discursar durante a partida, mas bastou aparecer no telão para ouvir um coro grosseiro”. Já na frase “pesquisas encomendadas pela Presidência da República também detectaram que os brasileiros não querem os políticos pegando carona na Copa”, o uso do advérbio “também” reforça o fato de que, assim como a sondagem, a reação da torcida confirmaria a rejeição da população à vinculação da imagem de Dilma Roussef à Copa do Mundo no Brasil.

Paralelamente à opção pelo uso de adjetivos e figuras de linguagem, entre outros recursos de natureza linguística, o autor do texto faz assertivas que não

podem ser atribuídas a nenhum dos agentes que fornecem dados e informações à reportagem. Tampouco essas afirmativas são por ele assumidas como suas. Em outras palavras, o autor faz uso de recurso identitário quando atribui a si próprio autoridade suficiente para afirmar como senso comum ou como verdade compartilhada correlações que decorrem eminentemente de opiniões ou inferências. É o que pode ser visto na frase “a presidente colheu o que tanto temia”, que tem como premissa o fato de que Dilma Rousseff temeria alguma coisa, embora nenhuma transcrição de fala da Presidente faça menção a esse temor. O mesmo acontece no trecho “O Planalto sabia dos riscos que corria”, em que não há referência a quem afirmaria que a Presidente tinha conhecimento de algum risco. O mesmo tipo de ilação pode ser visto nas afirmativas “Pelas manifestações ouvidas no Itaquerão, a ofensiva televisiva não deu certo” e “Há o temor de que o coro se repita em outros jogos da Copa”.

O trecho “Pior: com base nesse episódio, há o temor de que Dilma não consiga, mesmo com a propaganda eleitoral na TV, reduzir seu alto nível de rejeição e conquistar os votos que lhe garantam um novo mandato”, já classificado como recurso lexical, também se revela como um recurso identitário, na medida em que estabelece a correlação entre um fato isolado (as vaias no estádio) e a possível derrota de Dilma nas eleições, sem que para isso seja mencionada qualquer pesquisa, dado ou embasamento científico como justificativa. Trata-se de formulação meramente opinativa, enunciada como verdade absoluta, sem citação de argumento ou fonte autorizada, baseada tão somente na percepção pessoal do autor do texto.

Por fim, o recurso multimodal está presente no uso de foto que mostra os políticos de mãos dadas, reforçando a aliança pactuada; da imagem do ministro do PDT demitido pela Presidente, o que sugere ser necessário fazer concessões para selar alianças políticas; e de gráficos com informações complementares ao texto da reportagem, com dados da última pesquisa eleitoral e da distribuição do tempo de propaganda política.

TEATRO DA POLÍTICA

O plano é um olho lá, outro cá

Enquanto sela mais uma era de aliança nacional com o PT de Dilma Rousseff, o PMDB tenta retomar o poder no maior colégio eleitoral do país

Vinicius Gerczeski

Quando a convenção nacional do PMDB chegou ao fim, na tarde da terça-feira, dia 10, soube alívio. Tanto para o vice-presidente da República, Michel Temer, como para a presidente Dilma Rousseff. Delegados do PMDB aprovaram a renovação da aliança com o Partido dos Trabalhadores em plano nacional, consistente desde 2006, quando foi firmada para a campanha à reeleição do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Houve suspiros e abraços públicos de Dilma ao PMDB de Temer – e dele para o PT de Dilma. Isso apesar de 41% dos peemedebistas terem votado pelo fim da manutenção da aliança – rejeição bem maior que a recebida por Dilma em 2010, de 15%. Ao fim, Dilma ganhou mais dois minutos de tempo de TV à sua campanha de reeleição. Temer ganhou mais. Além de renovar sua vaga como candidato a vice-presidente, ele reforçou a estratégia do PMDB nas eleições deste ano – já de olho em 2018. afirmou que manter a aliança com o PT significava abrir as portas para o PMDB ocupar “todos os espaços políticos, para o bem dos brasileiros”.

A fala mirava especialmente o Estado de São Paulo, onde Temer renova o partido após a morte de Orestes Quércia, em 2010. O PMDB pretende eleger sete

deputados federais e dez estaduais paulistas em outubro – em 2010, levou à Câmara Federal apenas Edinho Aratijo, São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, com 31,8 milhões de eleitores, é o sonho de Temer para o PMDB ter chances de tornar realidade seu plano mais ambicioso: lançar uma candidatura própria à Presidência em 2018 e obter uma força política maior diante do PT. Um desejo que se traduz, desde o ano passado, por um nome: Paulo Skaf, presidente licenciado da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e candidato ao Palácio dos Bandeirantes.

Desde julho de 2013, Skaf aparece como o segundo colocado nas pesquisas de intenção de votos. É a primeira vez em quase 20 anos – desde que Luiz Antônio Fleury Filho deixou o Bandeira, em 1995 – que o PMDB tem um candidato viável para comandar o Exe-

Antes, o eleitorado de São Paulo não tinha opção. Era um ou outro

Paulo Skaf, sobre PSDB e PT

cutivo paulista. Segundo o Instituto Datafolha, Skaf variou de 19% em julho de 2013, para 21%, em 7 de junho último. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) passou de 40% para 44% no mesmo período. Alexandre Padilha, do PT, segue com 3%. “Não tenho a menor dúvida de que o PMDB quer um candidato a presidente em 2018. E o partido será muito mais forte, com condições para isso, tendo São Paulo”, afirma um peemedebista próximo a Michel Temer.

Enquanto Skaf presidia a Fiesp, Temer trabalhou para fortalecê-lo em São Paulo. Disse não ao ex-presidente Lula quando, neste ano, ele tentou convencer o PMDB a aliar-se ao PT no Estado. Convocou deputados e prefeitos para falar que Skaf era seu candidato – e não Fernando Fantauzzi, empresário peemedebista que ameaçava lançar-se candidato. Chegou a passar uma repinimada em Baleia Rossi, presidente do PMDB paulista, quando ele foi visto próximo de Alckmin em excursões ao interior.

O desempenho de Skaf nas pesquisas surpreende. Ele disputou sua única eleição em 2010, quando buscou o governo paulista pelo PSB. Na ocasião, teve 1 milhão de votos. Agora, Skaf sobressai com potencial para enfrentar Alckmin e Padilha, num Estado onde a disputa costuma polarizar-se entre tucanos e

A VOLTA
O candidato
do PMDB
ao governo
paulista, Paulo
Skaf. O partido
acredita na volta
ao comando
do Estado



Foto: Felipe Brandão/EPGA

50 - ÉPOCA 18 de junho de 2014

5.2. Dado nº 2: reportagem da revista Época de 16/6/2014

TEATRO DA POLÍTICA



ALÍVIO
Michel Temer,
Alberto Youssef
e Paulo Skaf
na convenção do
PMDB. A aliança
nacional com o
PT foi assegurada,
mas por pouco

petistas. A receita para seu crescimento — poucos negam — deve-se à Fiesp. Skaf estreou dezenas de aparições vinculadas a ela desde 2012. Fiesp, Sei e Senai contaram com R\$ 32 milhões em 2013, segundo a Procuradoria Regional Eleitoral. Skaf apareceu em 97 horas de TV, 72 delas no segundo semestre, além de 119 horas de rádio. Nelas, ora Skaf defendia a modernização dos portos, ora se dizia contra o aumento do IPTU em São Paulo.

“Skaf passou os últimos quatro anos como garoto-propaganda da Fiesp, logo avançou sua candidatura”, diz Aldo Fernazieri, cientista político da FESPSP. Em março deste ano, a Justiça Eleitoral considerou as propagandas eleitorais e as suspendeu. Ele recorreu e ganhou, mas suas participações na TV caíram — e agora vinculam-se ao PMDB. Skaf licenciou-se da Fiesp em maio.

Parte desse sucesso também vem da baixa expressividade do ex-ministro da Saúde Padilha. “Antes o eleitor não tinha opção, era sempre um ou outro”, disse Skaf à EPOCA. Para Fernazieri, o baixo desempenho de Padilha nas pesquisas deveu-se às denúncias de envol-

vimento de um ex-assessor do Ministério da Saúde com o doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Um influente petista paulista discorda. Diz tratar-se apenas de falta de conhecimento do eleitorado. Padilha praticamente não apareceu na TV, ao contrário de seus adversários. “Alckmin tem a máquina, o Skaf teve a Fiesp”, diz O Palácio do Planalto observando de forma atenta. Tempe que um fraco desempenho na disputa estadual afrete a candidatura de Dilma em São Paulo.

Num jantar recente em Brasília, Dilma viu-se obrigada a dizer a quemodestas que, em São Paulo, ela tinha dois candidatos: Padilha e Skaf. “É o jogo de Brasília, não tem jeito. O PMDB é parte da base aliada”, afirma uma liderança petista em São Paulo. “Ela terá polan-

ques múltiplos em outros lugares, aqui em São Paulo também. É natural”. Não são poucos os petistas que, diante da dificuldade de lidar com as denúncias da Lava Jato e outras afrescas, consideram abandonar a candidatura Padilha na convenção para apoiar Skaf. Skaf limita-se a dizer que agradece o gesto de Dilma. As alianças com o PT e o PDT explicam parte da tranquilidade da campanha de Skaf. Com elas, Skaf garantiu cerca de quatro minutos de TV durante a propaganda eleitoral.

Para conquistar São Paulo, Skaf investe num discurso de modernidade na gestão pública. Terá a seu lado o marqueteiro Duda Mendonça, além de Helena Chagas, ex-ministra de Comunicação Social de Dilma. “Meu projeto — e o projeto do PMDB — é São Paulo. Acho que o PT sobe até uns 15%, mas dificilmente baterá na média dos 20% que sempre teve”, afirma Skaf. Os tucanos apostam que Padilha e Skaf se queirão disputando votos, sem afetar a popularidade do governador Alckmin, forte no interior. O PMDB aposta que seus bons tempos na política de São Paulo voltaram. ♦

5.2.1. Extrato da notícia

Título	O plano é um olho lá, outro cá
Subtítulo	Enquanto sela mais uma era de aliança nacional com o PT de Dilma Rousseff, o PMDB tenta retomar o poder no maior colégio eleitoral do país
1º parágrafo	Quando a convenção nacional do PMDB chegou ao fim, na tarde de terça-feira, dia 10, sobrou alívio. Tanto para o vice-presidente da República, Michel Temer, como para a presidente Dilma Rousseff. Delegados do PMDB aprovavam a renovação da aliança com o Partido dos Trabalhadores em plano nacional, resistente desde 2006, quando foi firmada para a campanha à reeleição do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Houve suspiros e afagos públicos de Dilma ao PMDB de Temer – e dele para o PT de Dilma. Isso apesar de 41% dos peemedebistas terem votado pelo fim da manutenção da aliança – rejeição bem maior que a recebida por Dilma em 2010, de 15%. Ao fim, Dilma ganhou mais dois minutos de tempo de TV à sua campanha de reeleição. Temer ganhou mais. Além de renovar sua vaga como candidato a vice-presidente, ele reforçou a estratégia do PMDB nas eleições deste ano – já de olho em 2018. Afirmou que manter a aliança com o PT significava abrir as portas para o PMDB ocupar “todos os espaços políticos, para o bem dos brasileiros”.
2º parágrafo	A fala mirava especialmente o Estado de São Paulo, onde Temer renova o partido após a morte de Orestes Quércia, em 2010. O PMDB pretende eleger sete deputados federais e dez estaduais paulistas em outubro – em 2010, levou à Câmara Federal apenas Edinho Araújo. São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, com 31,8 milhões de eleitores, é o sonho de Temer para o PMDB ter chances de tornar realidade seu plano mais ambicioso: lançar uma candidatura própria à Presidência em 2018 e obter uma força política maior diante do PT. Um desejo que se traduz, desde o ano passado, por um nome: Paulo Skaf, presidente licenciado da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e candidato ao Palácio dos Bandeirantes.

5.2.2. Quadro ilustrativo dos recursos

Recursos factuais	<ol style="list-style-type: none"> 1) mais uma era de aliança nacional com o PT 2) o PMDB tenta retomar o poder no maior colégio eleitoral do país 3) Delegados do PMDB aprovavam a renovação da aliança com o Partido dos Trabalhadores 4) apesar de 41% dos peemedebistas terem votado pelo fim da manutenção da aliança 5) rejeição bem maior que a recebida por Dilma em 2010, de 15% 6) Dilma ganhou mais dois minutos de tempo de TV à sua campanha de reeleição 7) Temer ganhou mais. Além de renovar sua vaga como candidato a vice-presidente, ele reforçou a estratégia do PMDB nas eleições deste ano
Recursos lexicais	<ol style="list-style-type: none"> 1) o PMDB <u>tenta</u> retomar o poder no maior colégio eleitoral do país 2) sobrou <u>alívio</u> 3) é o <u>sonho</u> de Temer 4) plano mais <u>ambicioso</u>
Recursos semânticos	<ol style="list-style-type: none"> 1) O plano é um olho lá, outro cá 2) Houve suspiros e afagos públicos de Dilma ao PMDB de Temer – e dele para o PT de Dilma.
Recursos gramaticais	<ol style="list-style-type: none"> 1) <u>Enquanto</u> sela mais uma era de aliança nacional com o PT de Dilma Rousseff, o PMDB tenta retomar o poder no maior colégio eleitoral do país. 2) Ao fim, Dilma ganhou mais dois minutos de tempo de TV à sua campanha de reeleição. Temer ganhou mais. 3) Além de renovar sua vaga como candidato a vice-presidente, ele reforçou a estratégia do PMDB nas eleições deste ano.
Recursos intextuais	<ol style="list-style-type: none"> 1) O plano é um olho lá, outro cá 2) mais uma era de aliança nacional com o PT 3) o PMDB tenta retomar o poder no maior colégio eleitoral do país
Recursos identitários	<ol style="list-style-type: none"> 1) Quando a convenção nacional do PMDB chegou ao fim, na tarde de terça-feira, dia 10, sobrou <u>alívio</u>. 2) para o PMDB ter chances de tornar realidade seu plano mais ambicioso: lançar uma candidatura própria à Presidência em 2018
Recursos multimodais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Em alusão ao título da reportagem, foto grande do candidato paulista Paulo Skaf sugere que a preocupação do PMDB está focada tanto na eleição presidencial quanto na eleição do novo governador de São Paulo. 2) Foto grande com Michel Temer em destaque reforça a satisfação do Vice-Presidente da República e candidato à reeleição com a convenção que selou aliança com o PT

5.2.3. Análise da notícia

Diferentemente do texto anterior, que trata da aliança selada entre os partidos a partir da perspectiva do PT, a reportagem de Época aborda o assunto com foco no que o PMDB pretende obter de vantagens com a parceria entre as duas legendas. Esta opção fica bem clara quando se observa a seleção de informações que compõem a notícia como recursos factuais.

Logo no subtítulo, o texto sugere que, ao renovar mais uma aliança com o PT, o PMDB desejaria garantir a eleição de um candidato seu para o governo de São Paulo, maior colégio eleitoral do País. Em seguida, o autor destaca que, apesar de mantida a aliança, o PMDB registrou, durante a convenção do Partido, 41% de rejeição à parceria com o PT, número que seria, segundo a reportagem, bem superior à reprovação de 15% obtida por Dilma Roussef na campanha anterior, em 2010. Ainda no primeiro parágrafo, ao citar que a candidata do PT teve aumentado em dois minutos o seu tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão, o texto afirma que o PMDB teria obtido vantagem ainda maior por confirmar o nome de Michel Temer como candidato à reeleição, pelo partido, ao cargo de Vice-Presidente da República, bem como por reforçar o que seria a estratégia da legenda para as eleições de 2014 em todo o País. Por meio da relação apresentada entre os fatos destacados no texto, a reportagem sugere que a parceria política teria objetivos bem específicos capazes de beneficiar os dois partidos aliados, o que retiraria do acordo qualquer caráter meramente ideológico, traduzido pelo compromisso com o bem do eleitorado.

No que tange aos recursos lexicais, o texto recorre a vocabulário que revela o tom de disputa e negociação típico dos períodos pré-eleitorais,

mencionando que o PMDB “tenta” retomar o poder no Estado de São Paulo, o que seria o “sonho” de Temer, e que o clima foi de “alívio” durante a convenção que selou a aliança do partido com o PT. Ao fim do segundo parágrafo, descreve a eleição de um candidato do PMDB para o cargo de Presidente da República em 2018 como o plano “mais ambicioso” da legenda.

Como recurso semântico, o jogo de palavras apresentado no título (“O plano é um olho lá, outro cá”) tende a ajudar a despertar a curiosidade do leitor, especialmente por exigir que se leia o restante do texto para se entender do que tratam os advérbios “lá” e “cá”. Paralelamente, já introduz, logo no início da reportagem, a noção de que, ao apoiar o PT, o PMDB tem intenções que vão além da eleição de seus respectivos candidatos ao Palácio do Planalto. Também como recurso semântico, o uso simbólico das expressões “suspiros” e “afagos” reforça no texto a importância da renovação da aliança para os dois partidos, o que representaria, para ambos, garantia de sobrevivência política em diversos aspectos, conforme se depreende ao longo da reportagem.

Do ponto de vista gramatical, os benefícios políticos recíprocos trazidos pela aliança entre os dois partidos são reforçados sintaticamente na opção pela relação de subordinação entre as orações no trecho “Enquanto sela mais uma era de aliança nacional com o PT de Dilma Rousseff, o PMDB tenta retomar o poder no maior colégio eleitoral do país”. Também como recurso gramatical, o texto recorre à repetição do advérbio “mais” para ressaltar o que o PMDB teria obtido de vantagem com a parceria: “Ao fim, Dilma ganhou mais dois minutos de tempo de TV à sua campanha de reeleição. Temer ganhou mais”. No período seguinte (“Além de renovar sua vaga como candidato a vice-presidente, ele reforçou a estratégia do

PMDB nas eleições deste ano”), a expressão inicial “além de” e o verbo “reforçar” colaboram para o destaque que se deseja atribuir à conveniência política trazida pela aliança partidária em questão.

Após o título, já apresentado aqui como um recurso semântico, também aparece como intertexto o trecho “mais uma era de aliança nacional com o PT”, encontrado no subtítulo. Nesse caso, trata-se da necessidade de que o leitor tenha o conhecimento prévio sobre o tempo que dura a aliança entre PMDB e PT, renovada sem interrupções nas últimas três eleições majoritárias no País. Apenas o leitor que tiver esta informação entenderá o uso da expressão “mais uma era”. Também no subtítulo, o trecho “o PMDB tenta retomar o poder no maior colégio eleitoral do país” configura uso de outro recurso intertextual, na medida em que exige do leitor, para a sua plena compreensão, o conhecimento de que o partido já esteve no comando do governo de São Paulo em ocasiões anteriores, o que justifica o uso da expressão “retomar o poder”.

Costurado por termos e sentenças que deixam claros os fatores políticos implícitos na aliança entre os dois partidos, o texto traz afirmações que nem sempre são acompanhadas da identificação de sua origem, o que termina por configurar o uso de recursos identitários como forma de impor ao leitor determinada visão dos fatos, à mercê do que pensa o autor da reportagem. É o caso da frase que abre o primeiro parágrafo (“Quando a convenção nacional do PMDB chegou ao fim, na tarde de terça-feira, dia 10, sobrou alívio”), que demonstra o viés interpretativo do texto ao destacar que, caso o resultado do encontro acenasse para a ruptura da aliança com o PT, instalar-se-ia um cenário de desconforto e instabilidade, em nada relacionado à ideia de alívio. Ao fazer tal afirmativa, o autor opta por sugerir a

existência de suposta fragilidade na relação entre os dois partidos, o que ameaçaria o equilíbrio político de cada um deles na hipótese de um rompimento. Segundo aponta o texto, PMDB e PT teriam ficado aliviados ao ver confirmada a parceria entre eles nas eleições de 2014.

Outro exemplo de recurso identitário é a indicação do desejo do PMDB de ter uma candidatura própria ao cargo de Presidente da República na eleição seguinte (2018) como o seu “plano mais ambicioso”. Nenhum dado apresentado pela reportagem permite concluir que o partido de fato planeje ocupar esta posição depois de um intervalo de quatro anos. A afirmação, livre de fontes e citações, parece traduzir uma interpretação do autor para os fatos a partir de apurações que, por motivos desconhecidos do leitor, não estão refletidas no texto.

Como recurso multimodal, uma foto grande do candidato paulista Paulo Skaf também reforça, em alusão ao título da reportagem, que a preocupação do PMDB está focada tanto na eleição presidencial quanto na eleição do novo governador de São Paulo. Outra foto grande de Michel Temer destaca a satisfação do Vice-Presidente da República e candidato à reeleição com a convenção que confirmou a aliança do PMDB com o PT em 2014.

5.3. Dado nº 3: reportagem da revista Carta Capital de 18/6/2014

A Semana

18.6.14



Costa de volta à cadeia

Após depor na CPI da Petrobras, o ex-diretor da estatal Paulo Roberto da Costa voltou para a prisão. O juiz federal Sérgio Moro decretou a detenção por causa do risco de fuga. Segundo o magistrado, a apreensão dos passaportes de Costa (um brasileiro e um português) não eliminaria esse risco. No mesmo dia, divulgou-se que a Suíça bloqueou 23 milhões de dólares do ex-executivo. O dinheiro estava distribuído em 12 contas abertas em cinco bancos em nome de empresas com sede em paraísos fiscais. A Suíça interditou ainda 5 milhões de dólares de Alberto Youssef, o doleiro preso. Para a PF, Costa e Youssef comandavam um esquema de arrecadação ilegal de campanha dentro da estatal.



Eleições/Que aliados...

O PMDB confirma o apoio à reeleição de Dilma Rousseff, mas promete cobrar muito mais caro desta vez

QUANTO CUSTAM pouco mais de dois minutos de tempo de rádio e teve no programa eleitoral gratuito? Se eles pertencerem ao PMDB, caro, muito, muito caro, conforme fizeram questão de demonstrar os delegados do partido durante a convenção que homologou o apoio à reeleição de Dilma Rousseff e a manutenção de Michel Temer no posto de vice na chapa. O placar foi apertado: 59% a favor da aliança, 41% contra. Os governistas esperavam 80%.

Na convenção, vigorou o ressentimento. Embora tenha cinco ministérios, a Vice-Presidência e o comando das duas casas do Congresso, o PMDB reclama mais espaço no governo, maior poder de decisão na aliança e interlocução mais frequente com a presidenta. A legenda também se mostrou contrária a vários projetos do PT,

entre eles a regulação econômica da mídia e a criação dos conselhos de participação popular, o novo fantasma emulado pelo conservadorismo.

Com o PMDB, Dilma fica mais perto de obter metade do horário eleitoral gratuito, espaço necessário para contrabalançar a oposição sistemática nos meios de comunicação. Essa articulação provoca, no entanto, um fenômeno estranho: chamado de governabilidade, ele alimenta mecanismos que sabotam o próprio ato de governar.

P.S.: Quanto a Marina Silva e Eduardo Campos, pergunta-se: o sonho acabou? O PSB vai apoiar a reeleição de Geraldo Alckmin em São Paulo, à revelia da posição de Marina. Segundo a ex-ministra, o acordo paulista não atrapalha a aliança nacional. Dessa forma, o PSB-Rede recorre ao velho modo de se fazer política.

5.3.1. Extrato da notícia

Título	Eleições/Que aliados...
Subtítulo	O PMDB confirma o apoio à reeleição de Dilma Rousseff, mas promete cobrar muito mais caro desta vez
1º parágrafo	Quando custam pouco mais de dois minutos de tempo de rádio e tevê no programa eleitoral gratuito? Se eles pertencerem ao PMDB, caro, muito, muito caro, conforme fizeram questão de demonstrar os delegados do partido durante a convenção que homologou o apoio à reeleição de Dilma Rousseff e a manutenção de Michel Temer no posto de vice na chapa. O placar foi apertado: 59% a favor da aliança, 41% contra. Os governistas esperavam 80%.
2º parágrafo	Na convenção, vigorou o ressentimento. Embora tenha cinco ministérios, a Vice-Presidência e o comando das duas casas do Congresso, o PMDB reclama mais espaço no governo, maior poder de decisão na aliança e interlocução mais frequente com a presidenta. A legenda também se mostrou contrária a vários projetos do PT, entre eles a regulação econômica da mídia e a criação dos conselhos de participação popular, o novo fantasma emulado pelo conservadorismo.

5.3.2. Quadro ilustrativo dos recursos

Recursos factuais	<ol style="list-style-type: none"> 1) O PMDB confirma o apoio à reeleição de Dilma Rousseff 2) mas promete cobrar muito mais caro desta vez 3) O placar foi apertado: 59% a favor da aliança, 41% contra. 4) Os governistas esperavam 80% 5) o PMDB reclama mais espaço no governo, maior poder de decisão na aliança e interlocução mais freqüente com a presidenta
Recursos lexicais	<ol style="list-style-type: none"> 1) O placar foi <u>apertado</u> 2) vigorou o <u>ressentimento</u> 3) o PMDB <u>reclama</u> mais espaço
Recursos semânticos	<ol style="list-style-type: none"> 1) <u>Que aliados...</u> 2) o novo <u>fantasma</u> emulado pelo conservadorismo
Recursos gramaticais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Embora tenha cinco ministérios, a Vice-Presidência e o comando das duas casas do Congresso, o PMDB reclama mais espaço no governo, maior poder de decisão na aliança e interlocução mais freqüente com a presidenta. 2) A legenda <u>também</u> se mostrou contrária a vários projetos do PT
Recursos intextuais	<ol style="list-style-type: none"> 1) O PMDB confirma o apoio à reeleição de Dilma Rousseff mas promete cobrar muito mais caro <u>desta vez</u>
Recursos identitários	<ol style="list-style-type: none"> 1) Que aliados... 2) o novo fantasma emulado pelo conservadorismo
Recursos multimodais	<ol style="list-style-type: none"> 1) Foto grande, ocupando quase metade da página, mostra Dilma Rousseff, candidata do PT, cumprimentando vários políticos do PMDB, reforçando a aliança selada

5.3.3. Análise da notícia

Logo no título da reportagem de Carta Capital, é possível identificar o viés interpretativo do texto, que recorre à ironia, sugerida pelas reticências (“Que aliados...”), para sugerir que o PMDB será aliado do PT nas eleições de 2014 com base em contrapartidas bem definidas, que tornariam questionável o suposto equilíbrio da aliança. Na visão do autor da reportagem, o PMDB, ao renovar a parceria com o partido da Presidente Dilma Roussef, “promete cobrar muito mais caro desta vez”, se comparado ao que foi pedido em troca pelo apoio à mesma candidata na eleição anterior. Tal comparação acaba se revelando como um recurso intertextual, na medida em que pressupõe a compreensão, pelo leitor, de que, em eleições passadas, o PMDB também exigiu vantagens em troca do apoio ao PT.

Como recurso factual, a reportagem introduz, no início do primeiro parágrafo, o resultado da votação dos delegados do PMDB na convenção que aprovou o apoio do partido à candidata do PT à reeleição como Presidente da República. Destacando que o índice de aprovação da aliança foi de 59%, contra os 80% aguardados pelos governistas, o texto sugere que o apoio a Dilma Roussef não é exatamente um consenso entre os integrantes do PMDB, afirmando que o partido “reclama mais espaço no governo, maior poder de decisão na aliança e interlocução mais freqüente com a presidenta”.

No campo lexical, a reportagem recorre ao adjetivo “apertado” para classificar o placar da votação na convenção do PMDB; ao substantivo “ressentimento” para descrever a sensação que vigorou durante o encontro; e ao verbo “reclamar” para indicar que o partido reivindica mais espaço no governo do

PT. Essas e outras expressões tendem a indicar um suposto tom pouco amistoso entre os dois partidos, apesar da aliança formalizada.

Como recurso semântico e identitário, além da figura de linguagem (ironia) presente no título, é possível identificar o uso metafórico da palavra “fantasma” como forma de sugerir o caráter ameaçador supostamente atribuído aos conselhos populares criados pela presidente Dilma Roussef. O trecho “A legenda também se mostrou contrária a vários projetos do PT, entre eles a regulação econômica da mídia e a criação dos conselhos de participação popular, o novo fantasma emulado pelo conservadorismo”, além de deixar claras algumas discordâncias entre os dois partidos, também se configura como um juízo de valor presumido, que classifica como “conservadora” a crítica aos conselhos criados por Roussef, sem qualquer referência à autoria da afirmação. Em outras palavras, a revista assume como sua a visão de que é conservador aquele que é contrário à criação dos conselhos populares.

Sintaticamente, a opção pela oração subordinada adverbial concessiva, introduzida pela conjunção “embora”, deixa implícita a visão de estranhamento do autor em relação às reivindicações do PMDB, dando a entender que, na sua opinião, elas, de alguma forma, soariam excessivas diante dos benefícios já desfrutados pelo partido no Governo atual: “Embora tenha cinco ministérios, a Vice-Presidência e o comando das duas casas do Congresso, o PMDB reclama mais espaço no governo, maior poder de decisão na aliança e interlocução mais freqüente com a presidenta”. Ao criar este tipo de relação entre as orações do período, o autor dá a entender que o descontentamento do partido não se justificaria, uma vez que a legenda já ocupa ministérios e o comando da Vice-Presidência e do Congresso Nacional. Já o trecho

“A legenda também se mostrou contrária a vários projetos do PT” revela o uso de outro recurso gramatical: o advérbio “também” reforça as restrições feitas pelo PMDB ao partido aliado, deixando claro que são vários os pontos de discordância.

Como recurso multimodal, reiterando as informações apresentadas pela reportagem, uma foto que ocupa quase metade da página mostra Dilma Rousseff cumprimentando vários políticos do PMDB, reforçando a aliança selada com o PT.

6. PARA OUVIR QUEM IMPRIME VISÃO AOS FATOS

Com o objetivo de se encontrarem pistas sobre os princípios e motivações que norteiam o trabalho de edição e revisão de textos no universo de produção jornalística, foram entrevistados vinte profissionais que atuam ou já atuaram como editores responsáveis pela redação final de reportagens e cinco profissionais que atuam ou já atuaram como revisores, incumbidos de adequar conteúdos noticiosos à norma culta da língua e sanar vícios de forma e estrutura que comprometam a sua inteligibilidade.

Aos jornalistas, foi feita a seguinte pergunta: “Durante o trabalho de edição de conteúdos jornalísticos, você sente falta do papel de um revisor de texto?”. Na sequência, indagou-se: “Por quê?”.

Em seguida, os jornalistas foram solicitados a indicar o grau de relevância que atribuem, durante o trabalho de edição ou revisão de textos escritos por outros colegas, a cada um dos seguintes critérios: fidelidade ao estilo do autor; preservação do maior número possível de informações mencionadas pelo autor; adequação à norma culta, à clareza, à coerência e à coesão; adequação do conteúdo à linha editorial / estilo do veículo; adequação da linguagem ao perfil de público / audiência; observação do alinhamento político do veículo, caso exista; adequação à estrutura textual considerada mais correta.

Os cinco revisores entrevistados também foram solicitados a indicar o grau de relevância que atribuem aos sete critérios citados. Durante a pesquisa, assumiu-se o compromisso de que os entrevistados não seriam identificados. Todos aparecem referenciados pelas iniciais do nome, seguidas da indicação do veículo para o qual trabalham ou já trabalharam como editores ou revisores. As entrevistas

foram feitas durante o mês de maio de 2014. As respostas estão descritas, de forma resumida, nas tabelas a seguir.

6.1. Tabela 1: Entrevista com 20 jornalistas editores. Fase I

Durante o trabalho de edição de conteúdos jornalísticos, você sente falta do papel de um revisor de texto?	Sim		Não	
	14		6	
Por quê?	O foco na correção das informações e no conteúdo pode provocar negligência na forma e incorreções indesejáveis no texto	5		
Por quê?	Nem todo jornalista domina a norma culta e a pressa no fechamento do texto impede que eventuais dúvidas sejam sanadas	6		
Por quê?	Para não apresentar erros, um texto precisa ser revisado por alguém que não tenha participado da sua elaboração	5		
Por quê?			O editor deve desempenhar o papel de revisor, com um segundo olhar sobre o texto, zelando pela clareza, coesão, coerência e norma culta	5
Por quê?			O editor pode utilizar programas de computador com corretores ortográficos e recorrer a pesquisas na internet em caso de dúvidas	2

Observação: Alguns entrevistados apontaram mais de uma razão para as respostas “sim” ou “não”.

Entrevistados: AP, Portal da Câmara; FL, jornais corporativos; FR, Correio Braziliense; FP, Portal da Câmara; IC, Revista Época; JA, Rádio Câmara; JJ, Correio Braziliense; JP, Jornal do Senado; LAR, Folha de São Paulo; LCA, Correio Braziliense; LE, O Globo; LM, Portal da Câmara; MB, TV Câmara; MCD, Correio Braziliense; MGS, Correio Braziliense; NDC, Jornal da Câmara; PN, Jornal da Câmara; PR, Portal da Câmara; SC, O Estado de São Paulo; SS, Portal da Câmara

6.2. Tabela 2: Entrevista com 20 jornalistas editores. Fase II

Indique o grau de relevância de cada critério no trabalho de edição / revisão de um texto escrito por outro colega	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5
Fidelidade ao estilo do autor	3	2	5	7	2
Preservação do maior nº possível de informações mencionadas pelo autor			8	8	3
Adequação à norma culta, à clareza, à coerência e à coesão			1	1	18
Adequação do conteúdo à linha editorial / estilo do veículo		4	5	2	8
Adequação da linguagem ao perfil de público / audiência			3	4	12
Observação do alinhamento político do veículo, caso exista	2	4	8		3
Adequação à estrutura textual que você considera mais correta	1	2	6	7	3

Observação: A amostra de entrevistados é idêntica à da tabela 1. Alguns atribuíram nota apenas para o(s) critério(s) que consideram mais relevante(s).

6.3. Tabela 3: Entrevista com 5 revisores de texto. Pergunta única

Indique o grau de relevância de cada critério no trabalho de edição / revisão de um texto escrito por outro colega	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5
Fidelidade ao estilo do autor			3	1	1
Preservação do maior nº possível de informações mencionadas pelo autor				2	3
Adequação à norma culta, à clareza, à coerência e à coesão					5
Adequação do conteúdo à linha editorial / estilo do veículo		1		2	2
Adequação da linguagem ao perfil de público / audiência		2		3	
Observação do alinhamento político do veículo, caso exista	1		3	1	
Adequação à estrutura textual que você considera mais correta		2	3		

Entrevistados: FV, Jornal do Senado; JR, Jornal do Senado; PP, Jornal do Senado; SP, Canais Globosat; TB, Jornal do Senado

6.4. Análise das entrevistas

Entre os 20 jornalistas entrevistados (Tabela 1), 14 assumem que sentem falta do papel de um revisor de texto enquanto desempenham a tarefa de editar textos para publicação na imprensa. Eles alegam, entre outros motivos, que o foco excessivo na correção das informações e a pressa no fechamento da reportagem podem provocar descuidos na sua formatação; que nem sempre dominam a norma culta da língua; e que, para estar livre de erros, é preciso que um texto seja revisado por quem não participou da sua elaboração – alguém que será capaz de manter a devida distância para enxergar eventuais impropriedades.

Entre os jornalistas que afirmam não precisar do auxílio de um revisor para editar textos de reportagens, a maioria considera já ser a edição um trabalho de revisão, em que se tem por obrigação a tarefa de zelar pela clareza, coesão, coerência e norma culta da língua. Secundariamente, também citam a ampla oferta de programas de computador capazes de indicar erros ortográficos durante a edição de um texto, o que eliminaria, automaticamente, boa parte dos riscos de se publicar um reportagem com inadequações em sua apresentação formal.

Quando indagados sobre os fatores que condicionam o trabalho de edição de um texto de reportagem produzido por outro colega (Tabela 2), 18 dos 20 jornalistas entrevistados afirmaram que atribuem grau máximo de importância (nota 5) à norma culta da língua, bem como à clareza, coerência e coesão do texto, que devem ser preservadas, segundo eles, em qualquer hipótese. Doze disseram considerar, com igual importância, a necessidade de adequar a linguagem ao perfil de público que vai ler a reportagem. A mesma importância também foi atribuída por

oito entrevistados à necessidade de revisar o texto à luz das diretrizes editoriais da publicação, no que diz respeito ao seu estilo e formatação usuais.

Dezesseis jornalistas atribuíram importância mediana ou grande (notas 3 e 4, respectivamente) à necessidade de se preservar no texto o maior número possível de informações mencionadas originalmente pelo autor.

Oito jornalistas entrevistados afirmaram ser medianamente importante (nota 3) observar um eventual alinhamento político do veículo na tarefa de editar os textos das reportagens.

Sete entrevistados disseram ser grande a importância de se manter fidelidade ao estilo do autor (nota 4), enquanto outros sete disseram ser igualmente grande a importância de se adequar o texto à estrutura que o revisor considera mais correta.

Entre os cinco revisores de texto entrevistados (Tabela 3), todos afirmaram atribuir grau máximo de importância à norma culta da língua, bem como à clareza, coerência e coesão do texto, que devem sempre ser preservadas, segundo eles. Três também atribuem a mesma importância à necessidade de se manter no texto o maior número possível de informações mencionadas pelo autor. Quatro atribuíram importância mediana ou grande (notas 3 e 4, respectivamente) à necessidade de se preservar o estilo do autor e outros quatro também consideraram mediana ou grande a importância de se observar o alinhamento político do veículo, caso exista.

7. UM TRABALHO INCONCLUSIVO

A análise das reportagens selecionadas demonstra que são vários os fatores que condicionam a edição e a revisão de um texto jornalístico. Se, por um lado, o editor que acumula a tarefa de revisar o texto torna-se mais zeloso e criterioso no que se refere à observação da norma culta, da clareza, da coerência e da coesão, por outro permanece invariavelmente suscetível a questões de ordem editorial e ideológica. Pelos motivos já expostos neste trabalho, o editor/revisor deve estar alinhado aos interesses corporativos do veículo de comunicação para o qual escreve e, paralelamente, selecionar e formatar informações a partir de critérios que se revelam intimamente ligados à sua experiência pessoal e visão de mundo.

Não se buscou aqui apontar a linha editorial nem qualquer outra característica dos veículos cujas reportagens foram selecionadas, especialmente porque, para tanto, seria necessária uma amostra bem mais ampla e significativa de textos. O que se pretendeu foi demonstrar, por meio da análise de três reportagens, que um mesmo fato ou uma mesma circunstância podem ser apresentados ao leitor de formas distintas, a partir das informações que são selecionadas, da ênfase que lhes é atribuída e dos diversos recursos lingüísticos, intertextuais e multimodais que são mobilizados neste processo.

Os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas também demonstram a variedade de fatores que interferem no trabalho de edição e revisão de um texto jornalístico. Ao mesmo tempo em que buscam preservar a clareza do texto e a norma culta da língua, bem como ser fiéis ao estilo do autor e às informações por ele trazidas, o editor e o revisor admitem observar, em seu ofício, o estilo, a linha editorial e o alinhamento político do veículo, além do perfil do público para o qual se

dirigem. Eles também reconhecem que, muitas vezes, ao editar ou revisar os textos, promovem alterações de forma a adaptá-los à estrutura que consideram mais adequada, com base em critérios que podem ser predominantemente subjetivos.

A partir da revisão teórica feita ao longo desta pesquisa e da análise dos dados colhidos nas reportagens e entrevistas, não é possível identificar, ao certo, quais são os fatores que interferem em maior ou menor grau no processo de edição ou revisão de textos jornalísticos. A única conclusão a que se chega, com clareza e mínima certeza, é a de que o preparo dos textos noticiosos está longe de alcançar a objetividade, a isenção e a imparcialidade que tanto se proclamam como atributos do jornalismo. Ao contrário, o mais sério e experiente dos jornalistas estará sempre à mercê de condicionantes de ordem pessoal, ideológica e corporativa no momento em que confecciona a notícia para contar uma certa história ao leitor.

8. REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001

KOTSCHO, Ricardo. *A Prática da Reportagem*. São Paulo: Ática, 1989

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. 6ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2013

MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

_____. *Da Fala para a Escrita: Atividades de Retextualização*. São Paulo: Cortez Editora, 2010

PATERNOSTRO, Vera Iris. *O Texto na TV: Manual de Telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1999

PENA, Felipe. Jornalismo, a objetividade subjetiva. *Observatório da Imprensa*, edição nº 419, 6 fev. 2007. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo_a_objetividade_s_ubjetiva>. Acesso em: 10 jun. 2014. 20:45.

ROCHA, Harrison da. *Repensando o Ensino da Língua Portuguesa: uma abordagem multimodal*. In: VIEIRA, J. A. et al. *Reflexões sobre a Língua Portuguesa: uma abordagem multimodal*. Petrópolis: Vozes, 2007

_____. *Um Novo Paradigma de Revisão de Texto: Discurso, Gênero e Multimodalidade*. 246 f. Dissertação (Doutorado) - Universidade de Brasília. 2012.

SARFATI, Georges-Elia. *Princípios da Análise do Discurso*. São Paulo: Ática, 2010